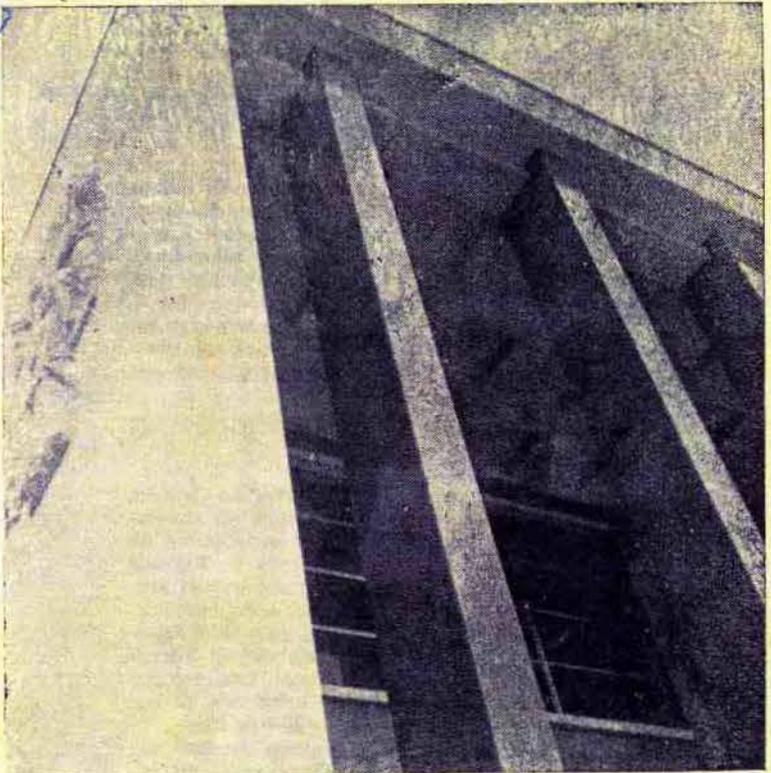


QUA DRA NTE

5

jornal
da
associação
académica

da faculdade de direito * lisboa



j. c. passos valente:

LAICISMO E PEDAGOGIA

O problema do *laicismo* está na ordem do dia, nos meios universitários católicos. Protesta-se contra a ausência de Deus na Universidade, e a inexistência de estudo dos problemas religiosos. Protesta-se ainda, de um modo mais geral,

contra o *neutralismo*. Examinemos, brevemente e ao de leve, o problema, mas tão-só enquanto problema de Pedagogia — pondo deliberadamente, pois, entre parêntesis o seu aspecto especificamente religioso.

Pessoalmente, não ando longe

de considerar a especialização profissional — enquanto obstáculo à edificação de um humanismo integral — um «mal necessário» — mas em todo o caso um mal — e, por ventura ou desventura, um dos flagelos culturais da nossa época. O humanismo integral de que falo não poderia evidentemente ignorar os problemas religiosos e as implicações das soluções a eles dadas. Suponho, porém, que os adversários do laicismo não reclamam a criação, nas Faculdades de Medicina ou de Direito, de cátedras de teologia — isto é, de teologia católica —, as quais têm o seu lugar próprio nas respectivas faculdades canónicas. O estudo dos problemas religiosos, na Universidade, seria feito — para poder reputar-se válido no plano de uma cultura universal — de um ponto de vista, não dogmático, mas histórico-crítico, e abraçaria a evolução das ideias e dos problemas religiosos através dos tempos e das civilizações, não podendo confinar-se na consideração exclusiva dos problemas específicos da teologia católica. A perspectiva histórica é absolutamente necessária a uma justa apreciação daqueles problemas e das soluções diversas ou contraditórias que através dos tempos as civilizações lhes propuseram. Da organização, nas nossas Universidades, de cursos desta natureza, muito haveria a esperar: antes de mais (perdoem-me o barbarismo linguístico) uma *desdogmatização* dos espíritos, aquele relativismo prudente e esclarecido que o conhecimento histórico favorece, e que é a mais persuasiva das armas contra toda a espécie de intolerância ou fanatismo.

Não menos urgente seria, porém, o estudo dos grandes problemas estéticos, filosóficos e científicos na Universidade como verdadeiro Estudo Geral, e para além dos muros das respectivas Faculdades especializadas. Não vejo, em suma, porque protestar contra a inexistência de estudo dos problemas religiosos em particular, e não antes contra a inexistência de estudo dos grandes problemas *tout court*. Um verdadeiro humanismo não pode ignorar a existência de outros problemas além dos religiosos, e decerto não menos fundamentais do que estes.

Que se entende, porém, por «neutralismo» universitário? O laicismo é, ao que nos dizem, uma espécie apenas do neutralismo («ausência de definição estrutural de uma orientação cultural»). Há, pois, uma identificação ou coincidência, parcial ao menos, entre laicismo e neutralismo. Pergunto-me, porém, se a existência de estudo dos problemas religiosos e, mais geralmente, filosóficos e metafísicos, implicaria necessariamente a definição de *uma* orientação cultural: pergunto-me, sobretudo, se a estruturação de um humanismo aberto e universal seria na verdade compatível com a definição prévia de *uma* orientação cultural. Entro assim no âmago daquele fundamental problema de Pedagogia que me propus examinar e discutir.

Ao invés dos seus adversários, sustento e procurarei mostrar que o «neutralismo universitário» é a garantia e a condição ne-

Canção

Depois vieste.
Falaste de melodias
e de casas dispostas sobre estacas
em cidades fluviais
como as que eu via nos teus olhos húmidos
brilhando nos contornos leves do teu rosto;
e falaste de muros, torres de marfim e pedra
e baionetas breves e ágeis
como eu imaginava os teus dedos longos
crispados inutilmente na rosa já murcha;
e falaste de rios e de montanhas e de um lago
parado, absorto, longínquo
como eu sentia a tua voz,
a tua presença. O teu corpo;
e falaste de árvores e de flores
e de crianças de olhos febris
e de praias nocturnas e de barcos a remos
sulcando lágrimas; lágrimas
como as que eu via nos teus olhos
distantes e vagos;
e falaste do tempo,
dos dias, das horas
iguais, iguais, iguais
e disseste que era preciso
que era urgente falar
falar sempre.
E choraste.

A. Vilela

(cont. na pág. 3)

«...Este pequeno cinema bruxuleante foi a minha primeira caixa de mágico. De resto, é bastante estranho: o brinquedo era mecânico, as personagens e as coisas nunca mudavam, e perguntei muitas vezes a mim mesmo o que é que tanto me poderia fascinar, o que é que ainda hoje me fascina da mesma maneira (...). Não posso deixar de acreditar que manipulo um instrumento tão apurado que nos seria possível iluminar com ele a alma humana com uma luz infinitamente mais viva, desvendá-la ainda mais brutalmente e anexar ao nosso conhecimento novos domínios do real (...). Com risco de afirmar algo que não posso provar, diria que nós, os que fazemos filmes, utilizamos apenas minúscula parte dum poder assustador — não fazemos senão mover o dedo maldinho dum gigante que está longe de não ser pe-rigoso».

INGMAR BERGMAN

Cinco anos depois da sua apresentação no festival de Cannes, foi-nos finalmente dado ver, graças, como de costume, ao cinema Império e ainda que gravemente adulterado pelos escrúpulos da nossa censura (1), o primeiro filme entre nós exibido de Ingmar Bergman. Facto da maior importância no nosso paupérrimo ambiente cinematográfico, que o é tanto mais quanto, após os «Sorrisos duma Noite de Verão», se anuncia como provável a apresentação de mais duas obras («O Rosto» e «Morangos Silvestres») do maior dos homens do cinema escandinavo. Congratulemo-nos com isso e façamos votos para que o ânimo dos distribuidores não esmoreça e no-las faça efectivamente apreciar.

Por ora, tivemos no Império esses «Sommaratens Leande» que deram a conhecer ao mundo não sueco Ingmar Bergman e, retrospectivamente, sua filmografia anterior. E como «Sorrisos duma Noite de Verão», sem dúvida uma das Grandes obras do cinema, é, pela sua monumentalidade, passível das mais variadas formas de apreciação e se oferece às mais dispareas análises exegéticas, não pretende este artigo ser mais do que a breve exposição de 2 ou 3 reflexões que ao seu autor foram sugeridas pela visão do filme.

A obra abre em ritmo de vaudeville. Localiza-se em princípio do século e anuncia-se desenvolve comédia tecida à custa de meia-dúzia de intrigas e desencontros do tipo daqueles que 1900 é de preceito habitualmente enquadrar. Neste sentido, as figuras de Désirée, do general e de Egerman reflectem, sobretudo elas,

«sorrisos de uma noite de verão»

por José LEBRE de FREITAS

certos arquétipos, muito estafados, da sociedade de princípios do século. Em face, porém, dum filme da «belle époque» francesa de Renoir («Elena e os homens» ou «French Cancan») ou de Beker («Aquela Loira», por exemplo), surpreende-nos — e, em certa medida, inquieta-nos — aqui, desde logo, a luminosidade duma atmosfera que é o contrário da habitual coloração impressionista, pois que, em lugar de nos dar o peso e a densidade das coisas e objectos imediatamente circundantes, se abre prolongando e desdobrando pluridimensionalmente o espaço onde se recortam e continuam os personagens (2). Depois, se o tom do filme não varia até à recepção no castelo, a figura de Henrik (personagem cara à cinematografia sueca), algumas reflexões ocasionais insertas no diálogo e o mal-estar fundamental que, apesar da aparente desenvoltura graciosa da narração experimentamos em sequências como a do deambular de Anne pelas salas e corredores da casa conjugal, preparam-nos para algo mais que uma pintura de época.

E esse algo mais explode, com a noite de verão, a partir da sequência do banquete. Súbito, com o vinho de propriedades misteriosas servido pela velha castelã, o tempo objectivo, quantitativo, que até então marcou o ritmo dos acontecimentos, suspen-

de-se porque não tem acesso às libações mágicas. Porque o vinho é um filtro deveras mágico e, com ele, é verdadeiramente a magia que o filme transporta. Uma magia que não tem, evidentemente, nada de sobrenatural, pois, toda a virtude da bebida consistindo em forçar cada um dos convivas a tomar consciência da sua crise e procurar-lhe inexoravelmente uma solução (3), ela não é mais que o jogo dos mitos, existencialmente vividos, do Amor e da Morte — os dois únicos mitos mágicos integrados na Vida porque são eles a própria Vida, qualitativo puro porque eternidade no instante, e por isso mesmo representando a negação absoluta do tempo cronológico. Mas Anne parte com Henrik e, o ciclo mágico encerrado para eles, a acção, o drama, o tempo enfim, retoma súbito os seus direitos, impondo de novo a sua objectividade: a pulsação primitiva dos acontecimentos é retomada, e não podemos ser insensíveis, chocados, pela transição. E é elucidativo que sejam ainda os dois mesmos mitos da Morte e do Amor que, fechando novo círculo mágico sobre o general e a mulher, Egerman e Désirée, vão decretar, um pouco à frente (a partir de certo ponto, adiantado, da sequência do pavilhão), nova suspensão do tempo dos acontecimentos.

Falei de dois ciclos mágicos que constituem o fundamental da transposição poética da obra e onde, um após outro, se jogam, sob a lucidez implacável da noite de verão, os mitos da Morte e do Amor. Em qualquer deles, a Morte é malograda e, falhadas as tentativas de suicídio de Henrik e Egerman, a Vida e o Amor acabam por vencer a crise e recuperar o seu domínio sobre o homem. Mas que diversíssima natureza tem a vitória num e noutra tabuleiro! Num caso, o Amor é libertação; no outro, a

única solução de compromisso aceitável mas de tal ordem que a vitória, prolongado o nosso mal-estar como permanece a pólvora na testa de Egerman, muito se assemelha a uma derrota. A diferente consumação dum e outro conflito é-nos explicada pela diferente natureza dos seus actores.

Li algures que «Sorrisos duma Noite de Verão» representava, na obra de Bergman, a reunião dos dois temas de inspiração que lhe são queridos; o universo adolescente (sufocado pela sociedade e lutando contra as convenções e preconceitos em que se sente estiolar) e o universo conjugal (onde o problema fundamental do indivíduo é, uma vez integrado num meio social, a conservação do equilíbrio familiar). O primeiro universo será o de Anne e Henrik; o segundo o de Désirée, o general, Egerman e a condessa. Dominando-os a ambos, erguem-se as figuras da mãe de Désirée, velha «cocotte» retirada da vida depois de ter sabido esgotar-lhe todos os prazeres e que está na linha da tradição dos salões franceses do século XVIII, e Petra, a criada de Anne, livre de servidões, entregue totalmente ao presente e identificada, sobre um monte de palha, com a natureza mágica — e, para ela, clara — da noite de verão que a todos sorri.

Na equação espiritual de Anne e Henrik, ambos tiveram que atravessar estados transitórios de iniciação para se poderem encontrar um ao outro e cada um pelo outro: Anne teve de passar pelo casamento não consumado para chegar a Henrik; Henrik teve de passar pela obsessão mística para chegar a Anne. O preço da liberdade de Anne é o deambular solitário, afectando despreocupação, pelos recantos da casa conjugal, atirada pelo aborrecimento e pela náusea dos braços da criada para os do marido, do quarto de Henrik para a contemplação do canário (4). O preço da liberdade de Henrik é a impotência para escolher, entregando-se inteiramente à sua escolha, entre as páginas de Lutero e a tentação encarnada em Petra. Abdicação que é ao mesmo tempo iniciação, ascese estágio necessário para a assunção mágica da vida. O período de iniciação concluído e a tentativa de suicídio de Henrik abortada, é a libertação, o poético acordar para a vida que é Amor mas também é tortura dos gnomos do relógio.

Anne e Henrik libertaram-se... e abalaram em busca da fuga da noite. Mas deixaram atrás de si os outros, prisioneiros ainda, entregues à angústia insuportável das noites de verão. E é a sua vez — dos personagens masculinos aliás, pois a mulher é sempre tentação, fonte de vida — de enfrentar a Morte e o Amor. Nem Egerman nem o conde morrem no pavilhão, mas também, a tentativa de suicídio do 1.º falhada, nenhum verdadeiramente se liberta: Désirée é, para Egerman, consolação provisória mas não esquecimento total do passado; o general é, para a mulher, tudo mas, ao mesmo tempo, porque o não possui, absolutamente nada; e poderíamos continuar assim com cada um dos outros personagens. E que todos eles são, de uma forma ou de outra,



LAICISMO E PEDAGOGIA

(continuação da pág. 1)

cessária de uma formação cultural válida e aberta aos quatro ventos do espírito. O grande problema que importa examinar é este: a consideração teológica — e portanto preconcebida — dos problemas científicos ou filosóficos é pedagogicamente recomendável, ou condenável porque perniciososa?

Não há uma Física católica e uma Física laica. A investigação e o ensino científico têm de ser *neutrais*, desprevenidos e despreconcebidos, independentes e estranhos a quaisquer «princípios culturais básicos *uniformes*». Todo o prejuízo — ainda que sob a forma de neutralidade *colaborante* — deve ser afastado ou, pelo menos, posto entre parêntesis. O verdadeiro espírito de investigação não é conciliável com qualquer sistema de dogmas pré-estabelecidos. O saldo filosófico valorativo das soluções achadas ou propostas só pode ou só deve fazer-se em um momento ulterior, pressupondo como condição necessária da sua validade aquela anterior investigação neutral e perfeitamente «laica». Quando não, teremos regressado ao espírito escolástico medieval.

A intromissão abusiva da teologia na investigação científica ou filosófica não pode deixar de considerar-se metodológica e pedagogicamente perniciosa. O teólogo está sempre pronto a condenar Galileu, Darwin ou Heisenberg em nome da Bíblia ou da Suma Teológica. Mesmo admitido o estudo dos problemas religiosos na Universidade, eles deveriam abster-se rigorosamente de qualquer ceifa em seara alheia.

Numa Universidade católica, não só a consideração das religiões no plural não teria provavelmente lugar, como não poderia fazer-se desapassionadamente (ninguém é bom juiz em causa própria...) numa justa perspectiva histórica — pois que a História é uma ciência de factos, e, se contra factos não há argumentos, contra factos não há dogmas. O teólogo crê-se detentor da Verdade absoluta e intangível, da chave do «enigma do Universo» (cada dogma é um «abre-te Sésamo»), o que inutiliza toda investigação científica subsequente cujos resultados, digo, cuja fechadura não sirva àquela chave. A teoria darwinista da evolução (que, mau-grado os que a crêem ou dizem «ultrapassada», continua sendo aceite pela Ciência moderna) é rejeitada em nome do «argumento teleológico».

Neutralismo universitário não significa ausência mas confluência de ideias — lugar geométrico de todas as orientações culturais. Os adversários do laicismo neutralista condenam a pluralidade em nome da uniformidade e da uniformização. «Novas esperanças, novas crenças e novas ideias — escreve Lord Russell — são em todos os tempos necessárias à humanidade, e não é de uma uniformidade morta que podemos esperar que elas brotem» (1). O grande filósofo e educador escreve ainda: «A uniformidade nas opiniões expressas pelos professores deve ser evitada, pois que a diversidade de opinião entre os preceptores é essencial a uma educação integral. Ninguém pode passar por educado se conhece apenas um dos lados das

questões que dividem a opinião pública. Quando as opiniões que os professores podem expressar são sujeitas ao controle de uma censura, a educação tende a produzir, em vez de uma nação de homens, um rebanho de intolerantes fanáticos» (2). Foi o «rebanho dos intolerantes fanáticos» que em 1940 — no ano mesmo em que estas palavras foram escritas — moveu contra Bertrand Russell uma violenta perseguição religiosa (na «democrática» América do Norte) e uma suja campanha de difamação, a qual terminou com a declaração judicial da sua *inaptidão* para reger uma cátedra de Filosofia no New York City College, devido à ousadia da sua crítica religiosa e da sua revisão dos valores morais tradicionais.

Há já hoje católicos que julgam a liberdade de pensamento «objecto de um direito natural intangível». Não pensava assim S. S. Pio IX, como não pensara, antes dele, Théodore de Bèze, porta-voz da ortodoxia calvinista: católicos e calvinistas acordavam em proscrever a liberdade de pensamento como o mais diabólico dos dogmas. Este «dogma» abominável foi, com efeito, uma conquista do «laicismo» e do «neutralismo» contra os quais hoje se insurgem aqueles mesmos que dele beneficiam.

Uma das razões do aparecimento do laicismo universitário foi, dizem-nos, o desejo do Estado de controlar ideologicamente a Universidade: o não neutralismo da Universidade implica a autonomia cultural e torna isso impossível. — Parece haver aí uma evidente contradição: uma Universidade controlada pelo poder político nunca pode ser neutral. Se o neutralismo universitário consiste na ausência de definição estrutural de uma orientação cultural, ele significa a admissão da heterogeneidade de tendências ideológicas e exclui o controle estadual. O não-neutralismo da Universidade, pelo contrário, implica necessariamente, com a subordinação a princípios culturais básicos uniformes, um controle ideológico e uma tutela cultural contrários aos princípios essenciais da Pedagogia. Aquele «não neutralismo da Universidade que implica a autonomia cultural» não significaria senão uma multiplicação de controles ideológicos, ou a substituição de um controle por outro, de uma tutela por outra, ainda que voluntariamente aceite. O neutralismo universitário, ao invés, garante o acesso a todas as ideologias, sem impôr nenhuma. O neutralismo, supondo a heterogeneidade de tendências, evita o imobilismo intelectual. A sociedade politicamente organizada, se não quer produzir, em vez de uma nação de homens, um «rebanho de intolerantes fanáticos», tem o dever de assegurar aos seus cidadãos um ensino emancipado de qualquer tutela autocrática ou teocrática. «O mundo — escreve ainda Bertrand Russell, esse professor de paganismo, o grande hereje do pensamento ocidental contemporâneo — o mundo precisa de corações e espíritos iber-tos, e não é de sistemas rígidos, velhos ou novos, que eles podem sair» (3).

(1) Cf. *Why I am not a Christian*, pág. 143.

(2) Ob. cit., pág. 137.

(3) Ob. cit., pág. xiii.

prisioneiros: das convenções sociais uns (Egerman, que veste bem e só clandestinamente pratica o adultério; o general, aparência sem consistência, que declara à mulher que admite que ela o engane mas nunca uma amante, e declara à amante que poderá admitir ainda que ela o engane mas nunca a sua mulher), outros duma ânsia de estabilidade que, perpetuando-se, não pode conduzir senão ao desencontro e à angústia (Egerman, confessando a Désirée os seus sentimentos a respeito da mulher), outros enfim prisioneiros de prisioneiros (a condessa, Désirée). Não, a pistola de Egerman não poderia estar senão carregada de pólvora seca, o seu suicídio estava comprometido por natureza. Para qualquer dos quatro, a noite não podia desembocar senão numa solução de compromisso, na mentira e na ilusão de posse de cada um pelos outros. E o general jura, trocista, à mulher 7 eternidades de prazer; enquanto Désirée continua iludindo, irônicamente, a pergunta de Egerman acerca da paternidade da filha.

Apenas uma nota final sobre o sentido da libertação metafísica em Bergman. Os seres que povoam o seu filme movem-se numa desesperada, angustiosa busca de felicidade. Enquanto uns não encontram senão uma solução provisória para as suas interrogações, outros logram libertar-se, romper com todos os liames sociais, fugir. Para onde? A resposta é fornecida pela personagem de «compère» de Petra. Petra, por um lado, oferece-se, numa dádiva total, ao minuto que passa; por outro lado,



identifica-se, confunde-se com a natureza (monte de palha, moinho, céu profundo). Bergman propõe-nos, claramente, uma solução naturalista. No ponto de vista da construção da obra, isso mesmo se revela nos inúmeros ruídos da noite que são inscritos — «off» — na banda sonora, acompanhando as imagens principais do filme (sobrepondo-se, por exemplo, aos 1.º planos dos dois jovens, no momento do encontro). Solução naturalista, mas não um naturalismo ingénuo e optimista do tipo do de «Ela só dançou um Verão». Os seus são personagens carregados e tristes que sabem que o momento que passa, e em que devem concentrar toda a sua existência, se é a única realidade, é no entanto uma realidade ilusória — e que aquela felicidade por que anseiam nunca a poderão alcançar (nostalgia da noite imensa; insistência de Petra no pedido de casamento; tortura infinita antes e após a partida de Anne e Henrik, das grotescas figuras de madeira do relógio).

(1) Que irremediavelmente comprometem a compreensão das relações de Anne com Egerman: as dum matrimónio não consumado.

(2) Repare-se como o jogo dos espelhos é, em certa medida, o equivalente, na atmosfera interior, do sentido da profundidade de campo dos exteriores.

(3) Creio significativo o desaparecimento dos espelhos: já não é indirectamente que conhecemos o íntimo dos personagens (lembrar Egerman surpreendido no espelho do camarim de Désirée) nem é num espelho que eles podem procurar encontrar-se (é junto dum espelho, em que acaba de contemplar-se, que Anne se oferece à criada). Agora, cada um está em face, apenas e irremediavelmente, de si mesmo. Há, é certo, os céus profundos, a perder de vista. Mas entre o espelho e o céu resta sempre esta diferença fundamental: o espelho reflecte o homem, o céu prolonga-o até ao infinito.

(4) Virá a propósito notar como esta sequência nos comunica, paralelamente a filmes como «Os Orgulhosos» de Yves Allégret ou «Les Amants» de Louis Malle (este último não exibido entre nós), essa percepção do «temps en train de se faire» que Geneviève Agel apontou como a principal inovação estilística (sistemática) das «Férias» de Tati. Assistimos ao desenrolar do tempo real, psicológico, toda a acção se suspendendo para nós fazer esgotar a gama total das virtualidades implicadas num só momento. Não se confunda, por outro lado, esta concepção do tempo que sentimos desenrolar — e que deriva do universo existencialista — com aquela suspensão do tempo, a dar lugar à transposição poética puramente qualitativa — e que directamente deriva duma promoção mágica da existência — de que falava atrás como constituindo o pulsar próprio das sequências principais do filme de Bergman.

3. ORIGEM DO DESESPERO

Com a determinação da origem da angústia terminou a 1.ª, e extensa, parte do tema proposto. Procurei, propositadamente, não a definir em termos de sujeito e predicado, porque, fenómeno iminentemente pessoal, a angústia é, como a própria pessoa, indefinível (1).

A mesma orientação seguiremos agora, ao esboçar, rapidamente, a origem do desespero. Para isso, em alíneas consecutivas, procurarei situar e circunscrever o problema às suas dimensões óticas, para uma mais fácil compreensão da sua genética.

A) Pessoa e Situação

Deixámos o homem, real e concreto, na iminência de agir, num estado de total indeterminação, sentindo-se, por um lado, empurrado para a acção, mas por outro lado, incapaz de agir, porque consciente. A inquietação que, nesse estado, ele sente, chamámos angústia.

Mas suponhamos, agora, que um véu de inconsciência se interpõe, subtraindo, assim, o motivo que o levava à inacção, e o mantém na indecisão. Nesse caso, ele age.

Agiu! e o acto, por ele praticado, foi socialmente apreendido. Através deste acto, que ele sabia irremediável, criou mais uma parcela de si próprio. Ele é, agora, aquele que praticou tal acto. E, quer disso se lembre, quer não, os outros dizem que ele praticou aquele acto (2).

Pelos nossos actos, deixamos, paradoxalmente, de nos pertencer, para nos entregarmos aos outros, ao mesmo tempo que, afinal, nos estamos a fazer a nós próprios. Através dos nossos actos, criamo-nos, a nós, e encontramos os outros (3). Passamos, desta maneira, definitivamente, do estado de iminência para o de situação.

E a situação do homem é a sociedade. Natural ou não, a sociedade é um facto, e, existentes ou não, os outros *estão ali*; vivemos com eles em casa, passamos por eles na rua, chocamo-nos com eles nos eléctricos...

Toda a nossa vida se passa no meio dos outros, com os outros. Nós mesmos, sem darmos conta disso, somos um outro para cada um dos outros. E aqui começa a nossa alienação, aqui começamos a deixar de ser nós, a deixar cada um de ser um eu.

Por outro lado, nós próprios temos a consciência de que eles são um outro eu. A sua simples existência é um grito constante, dizendo-nos que não somos únicos, que não existimos só nós. E isto vai contra as nossas tendências mais profundas...

Nem sequer temos a saída de nos podermos evadir. Mesmo que se concebesse um isolamento físico total, hoje praticamente impossível, continuaríamos sempre a sentir, a pensar e a agir em termos de terceiros, segundo concepções e modos de fazer de outros. Sós, continuaríamos em relação conosco mesmos. Seríamos um outro para nós próprios (4).

Não há forma nenhuma de nos escaparmos. Estamos apanhados. Pelos nossos actos encontramos os outros, e eles formam-nos. Daqui para diante a nossa vida passou a ser comum. Num plano escatológico, dir-se-á: juntos nos salvamos, juntos nos perdemos (5).

Mas, interiormente, a evolução é mais complexa. O homem, perfeitamente consciente, não aceita esta realidade. E, assim, a presença do outro, o próprio facto de existir alguém igual a ele, e não ser ele, e estar à sua frente, em todos os momentos da sua vida, tende a tornar-se numa *obsessão*. Isto, que se pode referir, em termos latos, à humanidade em geral, é mais particularmente sentido em relação às pessoas com quem mais de perto convivemos: a família, os que conosco trabalham, os que habitam no mesmo local.

A pouco e pouco, à visão constante dessas mesmas pessoas, às mesmas horas, nas mesmas circunstâncias, sempre funcionalmente iguais, alia-se o sentimento da *necessidade* de viver com elas. Surgem, assim as concepções associacionistas e solidaristas que, todas, partem da base da necessidade de viver com outros, por razões de divisão do trabalho e de comunidade de interesses.

e nem sequer sabemos. Nos seus olhos vemos sempre pairar o brilho duma chantagem iminente. Querem que lhes compremos o seu segredo. Mas, ai! esse segredo não há dinheiro que o pague, não há promessas que o iludam.

É a altura em que começamos a odiar; é o momento em que a presença do outro nos causa uma repulsa física, interior e exterior. É um ódio profundo, visceralmente vivido. O simples facto da visão dos outros, ou, mesmo, o saber a sua existência, causam-nos uma impressão extremamente violenta, que, nascendo do estômago, se propaga rapidamente ao cérebro e ao coração. (Note-se que não falo em sentido figurado. É *realmente* assim). É o ódio, o rancor.

Mas esta ainda não é a última fase deste horrível processo de existência com os outros. E, neste sentido, são bem verdadeiras as palavras de Sartre: «O inferno são os Outros». Só que isto é assim precisamente porque o

nós, rimo-nos, torpemente, absurdamente, com esgares...

Simplesmente, a próxima fase é o objecto deste estudo, o desespero, cuja origem só se pode compreender fazendo outra ordem de considerações. O que agora dissemos interessa na medida em que se procura mostrar como, enquanto encaramos os outros como uma coisa, que se nos impõe, o que é a contrapartida de sermos nós próprios considerados coisas por eles, todas as formas de relação com esses outros têm de assentar na falsidade, na aparência, e, por fim, no ódio. Tem-se (é isso que toda a gente procura quando busca companhia) de esquecer, de passar o tempo, de alienar. Neste sentido, o que vulgarmente se chama amor não é senão uma das formas de esquecer, de se evadir; uma das maneiras de odiar os outros. Por que se traduz na posse brutal, ou no desejo de possuir o objecto amado, e de nele apor a sua marca ou assinatura, como se faz num li-

Tempo e Amor (3)

Rapidamente, porém, tomamos consciência de que essa necessidade, longe de ser suprida pela vida em comum, tende a agravar-se. Não nos permitindo libertar de nós, ou, o que é o mesmo, do peso dos nossos actos, a vida em sociedade conduz, por um lado a uma diminuição do que vulgarmente se chama liberdade, ao mesmo tempo que, por passarmos a ser, não um eu, com características específicas (a minha real dor de cabeça, o ter trocado há pouco numa pedra, o estar agora com soluços, e outros tantos pequenos nada que nos definem completamente, na altura em que os vivemos), mas outro, algo que faz determinados actos, e vale por isso (é mecânico, é porteiro, é advogado, é homem, é mulher, um género, uma classe), leva a uma permanente coisificação do nosso eu.

Frente a essas pessoas que nos dizem conhecer, porque nos vêem todos os dias no autocarro, e sabem que trabalhamos no Hospital, face aos outros, que compartilham mais intimamente dos nossos segredos, dos nossos desgostos, das nossas preocupações, dos nossos falhanços, e, porque não também?, do nosso prazer e da nossa alegria, sentimos o *tédio*. É a altura de nos cansarmos dos outros, de lhes procurarmos fugir, já fisicamente, pelo afastamento da nossa pessoa, já espiritualmente, pelo encerrar da nossa alma dentro de nós mesmos. Na vida individual, esta fase tem a sua normal correspondência na adolescência; historicamente, é o romantismo.

Verificada, porém, a nossa impotência, vendo que, afinal, todos os esforços para fugir dos outros são baldados, porque eles nos perseguem sempre com o seu olhar, com o seu ar de quem pensa que nos conhece (e, quem sabe, talvez nos conheçam melhor do nós mesmos, porque, melhor do que nós, sabem aquilo que fazemos), constatando que tudo é inútil, passamos a ter *medo*. Medo dos outros. De todos. Do outro. Pertencemos a todos. Todos conhecem um pouco de nós. Nada impede que não falem, que não gritem, o que nós somos,

tempo não volta atrás e nós não podemos desfazer o que uma vez fizemos e que os outros apreendem, valoram e nos imputam, criando-nos, criando-se e criando o nosso próprio determinismo. É isto que odiamos nos outros (6). Apesar de os odiarmos, os outros continuam a estar ali, a acenar-nos, a rir e a viver. Tudo se passa como se nada se passasse. E, em todo o caso, nós odiamos-os, eles odeiam-nos, nós sabemos, e eles sabem. E eles, e

vro. É, assim, ainda, uma forma de coisificação das pessoas.

B) Natureza humana e Condição humana

Uma outra ordem de considerações vai levar-nos, por um caminho diferente, ao mesmo ponto de chegada: o desespero. Só formalmente, aliás, o que disse atrás se pode destacar do que vou dizer, porque o problema da condição humana é o substratum no qual decorre a série de fenómenos antes descritos.



CONTORSIONISMO

EDUARDO NERY

Com Mounier, podemos começar por afirmar que «só se definem os objectos exteriores ao homem, e que se podem colocar sob o seu olhar» (7). Ora, como a pessoa não é uma coisa, um objecto, ela é indefinível. Por isso, se não se pode definir, «c'est qu'il n'est d'abord rien» (8). Isto significa que não há uma natureza humana, ou outra qualquer coisa, lógica ou cronologicamente anterior ao existir (9).

Dissemos já várias vezes que o homem é aquilo que se faz; e não tanto aquilo que quereria ser, como aquilo que efectivamente «projectou» ser (no sentido sartreano); não tanto aquilo que queria parecer aos outros, por que nisso ainda haveria alguma coisa de si próprio, do que se julga ser (e julgamos ser tanta coisa, que não podemos ser tantas), mas antes aquilo que objectivamente, coisificadamente, lhes parece.

Mas mesmo que existisse, a natureza humana, para ser uma

ta precisa medida, não lhe pertence, não a possui, não é dele. Não se percebe, portanto porque se lhe há-de chamar humana.

Por outro lado, o seu carácter natural é igualmente incompreensível. Trata-se, como vimos, dum fim a atingir, ou dum estado inicial a repudiar. Não é, portanto, algo que se tenha, pelo simples facto de existir. Longe de ser natural, a pretensa natureza humana é, sim, ideal. E, assim, nem natural nem humana, o que fica da natureza humana? Rigorosamente, nada. (10).

Isto, porém, em nada contraria a unidade do género humano, que o Cristianismo elevou a categoria de princípio fundamental. São coisas distintas unidade e identidade. O género humano é um só, mas não é idêntico em cada indivíduo. Há indistincção entre os homens; com o Cristianismo, já «não há judeu nem grego; não há servo, nem livre; não há homem nem mulher» (S. Paulo) (11). Mas não há igualdade en-

C) *Carácter Social do Desespero.*

Na alínea A) ficámos à beira do desespero, num processo cumulativo de sentimentos, progressivamente agravados. Na alínea B) vimos que a condição humana é inibição.

Daqui se passa para o desespero.

Suponha-se que foi praticado um acto. Deu-se uma decisão. O acto que daí resultou, adquiriu ser, subsiste por si, permanece, é uma coisa, como um livro ou um caderno. Foi, posteriormente, apreendido pelos outros, que, através dele, nos valoram. E, a esses, nós odiamos.

Nessa altura queremos modificar o acto, repeti-lo de modo diferente, anulá-lo, omiti-lo, nunca o ter feito.

Impossível!

A condição do homem é inibição. O homem é o ser limitado por excelência. Os outros apoderaram-se do nosso acto. Se não fossem eles ninguém saberia...

4. SUPERACÃO DA ANGÚSTIA E DO DESESPERO PELO AMOR

Com a determinação da origem do desespero termina este estudo. Simplesmente, todos sentimos uma falta. Em primeiro lugar porque o título se referia a tempo e amor, e só ao tempo, e suas consequências, nos referimos. Por outro lado, porque sabemos que a visão apresentada não está completa, porque não entrou em conta com todos os dados da problemática enunciada. Falta, em tudo o que disse, a consideração do amor.

Essa consideração, que só em traços longos poderei esboçar, não só pela já exagerada, quem sabe se despropositada, extensão deste artigo, mas principalmente porque, para mim, ela se não apresenta ainda com um carácter de suficiente definitividade, muda completamente o enunciado atrás descrito.

Pelo que dissemos, vemos que a vida é desencontrar-se. Desencontram-se os amigos, que o seriam, se tivessem coragem para o dizer; desencontram-se os amantes, que se amariam, se ouzassem dizer-se; desencontram-se os pais e os filhos, porque não se dizem; desencontram-se os povos, as nações, porque se olham e temem dizer; e dentro de cada um, cada um se desencontra de si próprio, e caminham dois, três, muitos, cada um por seu lado, em sua direcção, seu fim.

Só o amor é encontro.

Mas, primeira dificuldade, o amor é indefinível. Porque ele é tantas coisas, ou assume tantas formas. Porque ele é, na ordem dos sentimentos, o mesmo que o ser no plano ontológico. Podem definir-se, em relação a ele, as suas sub-espécies, como o faz Categró; em relação a ele podem até definir-se os seus contrários, desde o egoísmo ao ódio, que não passa da sacramentação sensível daquele, porque, como o eu põe o não eu, assim o amor põe o desamor. Mas o que nos interessa aqui não são as diversas espécies de amor, desde o amor de Deus ao amor filial ou ao amor dos esposos; é, sim, o próprio conceito de amor, que está latente em todos eles. Mas esse, por muito que se afadiguem poetas e cientistas (12), continua indefinido, porque, por demasiado extenso, é logicamente inapreensível. Porque a única coisa, que ele é, e o define plenamente, é Cristo, que é tão indefinível como ele.

Isto não impede, contudo, que, vivencialmente apreendido, ele não possa caracterizar-se. E uma primeira característica que se apresenta é a da sua unidade. Não há amor divino e amor humano. A única forma de amor possível, para o homem, é, necessariamente, o amor humano, isto é, o amor dos outros. O homem, mesmo amando Deus, ama-O como homem. Por isso o homem não pode amar directamente Deus, antes O ama nos outros,, pelo amor dos outros (13).

por Jorge Pegado Liz

realidade, com as características que se lhe apontam de universalidade e permanência (14), teria de pertencer ao mundo do ser, não ao dever ser.

Contudo, todos os autores que se lhe referiram, quer jusnaturalistas stricto sensu, quer jusracionalistas, a consideraram ou boa ou má, mas nunca como um estado que correspondesse àquilo que o homem, e cada homem, efectivamente é, independentemente de valorização.

Daqui resulta que a natureza humana, como tem sido definida, pertence ao mundo dos valores, não ao dos seres. Por isso, ou tem sido considerada um ideal a atingir, donde sai a máxima «é necessário seguir a natureza» e toda a construção do sec. XVIII dum estado ideal de natureza, suma das perfeições, que a vida em sociedade viria estragar; ou tem sido considerada alguma coisa de que se deve fugir, que se tem de modificar, para, em seu lugar inserir um «homem novo». Quer duma maneira, quer de outra, e isto é que importa, a natureza humana tem sido sempre considerada como um «princípio de actividade» (15). Ou é algo que se não tem, porque se perdeu, e se tem de adquirir porque é bom, ou é algo que se tem e, porque é mau, se deve perder. (16).

Deste enunciado se vê bem que a natureza humana, como tem sido configurada, não é um estado, mas um dever-ser, um valor, sem ligação nenhuma com o mundo do ser, como todos os valores, a não ser precisamente através das pessoas, esses entes sublimes, únicos que possuem «a potência de mediação entre os valores e a realidade» (Hartmann) (17). E, como só pela acção as pessoas existem, por isso mesmo a natureza humana «define a regra da conduta humana» (18), fornece-lhe a sua direcção e a sua lei.

Mas, e disto não se apercebem os autores, sendo, assim, a natureza humana um valor, ela não é necessariamente imanente ao homem, antes o transcende. Nes-

tre eles, como demonstra a parábola dos talentos. Há unidade, sim, mas na diversidade, ou, como diria Michael Schmaus, Reitor Magnífico da Universidade de Munich, «unidade na pluralidade, e pluralidade na unidade» (19).

Mas há, efectivamente, unidade. Todos diferentes, os homens encontram-se na sua particular condição de homens. E esta condição, universal e imutável, é o resultado da acção humana.

SARTRE define-a como sendo «o conjunto dos limites que definem a sua (do homem) situação fundamental no universo» (20). Na realidade, tudo pode variar, as situações históricas, sociais ou políticas, e, com elas, os valores em determinada altura dominantes. O que nunca varia é a necessidade de o homem estar no mundo, daí estar no meio dos outros; de agir, e, por isso mesmo, de ser mortal. A própria Graça não destrói esta condição que pertence ao homem desde a queda (21). Seus efeitos são outros, como à frente veremos.

A condição humana é, portanto, inibição. E retomamos assim uma ideia latente em todo este estudo. O homem é o ser limitado por excelência. Limita-o o próprio facto de existir, de a sua existência ser um facto, que ele não pode modificar ou impedir. Limita-o a sua própria vida que, traduzindo-se em actos, vai cerceando a sua, inicialmente infinita liberdade, até o condenar a aceitar a morte. Limitam-no os outros, quando, pela sua obsesante presença, o obrigam a alienar-se, a entregar-lhes parte do seu ser. Limita-o, finalmente, o tempo, que, pela sua irreversibilidade, o impede de recomeçar sempre do princípio.

Se quiséssemos, portanto, tentar definir pessoa, poderíamos, com certa aproximação, dizer que ela é o ente que é paradoxalmente livre e inibido. Sua liberdade, na medida em que se realiza, extingue-se. Sua inibição faz com que nunca possa recomeçar.

O tempo é irreversível. O acto foi lançado. Ficou. Não se pode voltar atrás.

Não é possível fazer nada. Tudo está perdido. Sentimo-nos abandonados, derelictos, sem ninguém, no meio dos outros.

Mas existimos. Os outros também existem. E o tempo, esse, também existe, englobando tudo. E temos de continuar vivendo, somos obrigados a viver, não se sabe por que lei impiedosa, frente a frente com os outros, disfarçando os nossos sentimentos, encobrindo, escondendo... E não há solução! Estamos num verdadeiro «impasse» — é o desespero.

Por um lado, não queremos mais ser nós próprios, aquilo que nos fizemos e os outros impedem que deixemos de ser. «Queremos-nos desembaraçar do nosso eu» (22), desfazer tudo, voltar a nascer. Impossível! — e desesperamos.

Por outro lado, queremos ser aquilo que, ao fazermos-nos, criamos como sendo o que julgamos que deve ser. Queremos ser autênticos, verdadeiros, sinceros, e os outros obrigam-nos a disfarçar, a mentir. Queremos ser o que queremos ser, e também isso é impossível, porque somos os actos que fizemos sem querer, ou que nos arrependemos de ter querido. Mas aqui não há perdão — e desesperamos.

Assim, o desespero tem, como a angústia, a sua origem numa particular condição humana, que é função de viver no tempo. Resulta da inibição de fazer o tempo voltar atrás, de nos escolhermos perpétuamente como gostaríamos de ser.

Mas, ao contrário da angústia, que existiria mesmo num imaginário homem só, o desespero só aparece com a vida em sociedade. Daí o seu específico carácter social, sentido por causa dos outros, que não deixam desfazer os actos, de que se apressaram, para os valorar, e no-los imputar, criando, assim, o nosso ser.

O desespero é, nesta medida, o sacramento do ódio, enquanto este descobre a particular condição em que o homem se encontra encerrado — a inibição.

(continua na pág. 6)

Outra característica do amor é a reciprocidade. Quando se ama, e para se amar, é preciso ser amado. Consistindo o amor numa dádiva, numa entrega, recebe-se sempre na medida em que se dá, ou, melhor, recebe-se o que se dá. Isto não significa que se ame para ser amado, ou que se dê para receber. Pelo contrário, outra característica do amor é a gratuidade da dádiva em que ele se traduz, sem motivos, sem objectivos. Mas o facto é que, se se ama, é-se necessariamente amado, e amado na exacta medida em que se ama. Mas, mais, esse amor que nos é votado é a causa do nosso amor, como o nosso é a causa do da pessoa que nos ama (23).

A alteridade é mais uma característica do amor, e, intimamente ligada como a anterior, significa que o amor implica a existência dum outro, a quem se ame. Na realidade, o amor de si próprio, ou egoísmo, além de não ser verdadeiro amor, por não preencher os outros requisitos, só assim pode ser denominado precisamente porque implica a consideração do eu como um outro a quem se ama.

Outra característica do amor é o seu carácter absoluto. Não se ama o mutável, o relativo, o caduco. Ao contrário da paixão, que, essa, procurando inebriar-se no passageiro, absolutiza o relativo, o amor considera o relativo como relativo e ama-o assim, mas, como só pode amar o absoluto, ama o passageiro naquilo que ele tem de eterno. Enquanto amamos os outros, fazemo-lo precisamente na medida do que eles possuem em comum com o absoluto — a sua qualidade de pessoa, única e insubstituível.

O carácter concreto do amor também é característico. Ele significa que nós, enquanto homens (24), não podemos amar a humanidade em geral, os outros, em abstracto. Pelo vago amor da humanidade, em vez de amarmos todos, acabamos por não amar ninguém, salvo nós próprios. E, nesse caso, como S. Agostinho tão bem viu, não há amor mas egoísmo, «amor de si até ao desprezo de Deus» (25), primeiro passo para se chegar a odiar os outros, como tivemos ocasião de ver. O verdadeiro amor, esse, dirige-se a pessoas concretas e determinadas, essas com quem convivemos e falamos, que fazem parte da sociedade em que nos achamos.

Finalmente, a última característica do amor é a sua injustiça. Nenhuma justiça há em se dar sem nada se receber, ou sem ser para se receber nada. Como não é justo que, ao ferirem-nos numa face, nós ofereçamos a outra; que, em vez de querer bem aos nossos amigos e odiarmos os inimigos, antes perdoemos a estes (Mat. V, 44) e isto, é claro, mesmo que eles se não tenham arrependido, nem desculpado, pois então deixariam de ser inimigos para ser amigos.

De tudo o que já se disse se pode concluir que o amor, tal como o conceito, não é um sentimento subjectivo, algo que parta de nós, que nos pertença, que em nós esteja iminente, uma potencialidade que pudéssemos desenvolver como os músculos ou a memória. Ou, pelo menos, não é só isso. Isto é unicamente um re-

flexo pessoal do amor como dado objectivo, existencialmente personificado em Cristo. Por isso dissemos atrás que só o Cristo definiu o amor. E, da própria configuração do amor como encontro, resulta necessária a existência de Alguém que ligue dois seres que antes se desconheciam e que, de repente, é como se tivessem vivido sempre juntos. O amor é, portanto, essencialmente, um dom de Deus; mas este amor absoluto e sobrenatural, relativiza-se, na medida em que os indivíduos dele compartilham; e, nessa mesma medida, ele transforma-se num sentimento. Mas, partindo de Deus, todo o amor só se realiza na medida em que passar por Cristo, para Ele se encaminhar, e a Ele tornar. A Ele que é o Amor. Do qual compartilhamos. Por concessão. A Ele que é o sustentáculo do nosso

amor. A Ele, que opera a misteriosa união entre os seres que se amam. «Criaste-nos para Vós — diz penetrantemente S. AGOSTINHO — e o nosso coração vive inquieto enquanto não repousa em Vós» (26).

Foi esta inquietude que sentimos pairar na angústia e no desespero. E são estes precisamente, como logo no princípio deste artigo notávamos, os meios postos ao dispor do homem para, paradoxalmente, alcançar o amor. Primeiro pela angústia, depois pelo desespero, o homem, como KIERKEGAARD tão profundamente disse, «querendo ser ele próprio, mergulha, através da sua própria transparência, até ao poder que o criou» (27). E toda a criação é amor...

A angústia e o desespero, passando inclusivamente pelo ódio, eis o caminho, sinuoso, como tudo o que é humano, mas perfeito, num plano divino, que conduz ao amor. Deles diremos o mesmo que, na Missa de Sábado Santo, se diz do pecado de Adão: «O certe necessarium Adae peccatum... O felix culpa quae talem ac tantum meruit habere Redemptorem.» (28). E o amor é a única redenção porque é dádiva, entrega gratuita, doação sem esperança de recompensa, absurdo. Porque, se toda a vida é um absurdo e uma gratuidade, só outro absurdo e outra gratuidade se lhe pode contrapor, conferindo-lhe sentido. E eu não sei, sinceramente não sei, nada mais absurdo do que um Deus, que se faz homem, habita entre nós como o mais miserável dos homens, vem aos seus, mas eles não o recebem, e morre, como o último dos escravos, pregado numa cruz.

Tanto no plano individual, como no colectivo, a introdução do amor, tal como o caracterizei, vai transformar tudo. Em primeiro lugar, nas próprias pessoas essa metanoia vai-se traduzir na substituição do homem velho pelo homem novo. E este homem novo começa por assumir todos os seus actos, e responsabilizar-se por eles, seguindo, assim o exemplo de Cristo, que sobre si tomou todos os actos da humanidade. Em proporções mais restritas, a cada homem é dado imitar o Mestre, «ser perfeito» como

Ele, dentro das suas possibilidades. E esta assunção dos actos, primeira consequência do amor, dá-nos a pessoa na sua total dimensão de ser voluntariamente responsável e auto-determinante, com exclusão de quaisquer processos de imputação social.

Em relação aos próprios actos, o amor confere-lhes a sua plena significabilidade. A vida é um absurdo, porque está amputada do outro absurdo, que é Cristo. A existência é gratuita, porque lhe falta o seu complemento de sobrenatural, que é o amor. Operada esta união, do humano com o sobre-humano, o agir deixa de ser um absurdo, e, por isso, deixa de haver lugar à angústia. Já não importa que os actos sejam falhados, e as atitudes uma loucura (29). Agora tudo tem um fim, que é Deus. Cada pessoa possui, em si, o sentido de

outros, chorando quando choram, rindo quando riem; e é precisamente na altura em que descobrimos os outros como algo que nos pertence, que faz parte de nós, que nós somos, que podemos compreender porque é que «é impossível viver feliz sem os outros» (P. Pierre), porque é que «não é bom que o homem esteja só». (Gen. II, 18).

(1) Note-se que, apesar disso, a nossa concepção não anda longe da de Kierkegaard, ao descrever a angústia como a preexistência da vida psíquica num estado de total indeterminação, se não mesmo de inquietude. E, mais à frente: «é uma força que... sabe... donde vem, mas não sabe para onde vai» (Le concept d'angoisse, trad. fr. de Paul Tisseau, com prefácio de Jean Wahl).

(2) Recordar a citação atrás feita de Sartre. «Agiu, agora jamais poderá voltar atrás, etc.», no n.º 3 do Quadrante, pág. 77.

t e m p o e a m o r

(continuação da página 5)

todos os seus actos, e de todas as suas atitudes, que o amor lhe inspira. Que importa que elas sejam apreendidas pelos outros? Todas as acções humanas, situadas no tempo, fazem parte da história, são, constituem, a própria história. Deste modo, todas se dirigem, como esta, para Deus, fim último de tudo. Os actos já não estão a mais, as pessoas adquirem o seu lugar, num complexo de relação entre si e com Deus, lugar em que não são substituíveis, porque o papel que desempenham é único, singular, pessoal. Que importa agora que o tempo seja irreversível, e os actos não se possam modificar? O amor não procura fugir ao temporal, não procura a evasão, antes é aí que se realiza, superando precisamente as consequências que desse tempo advêm para o homem, que lhe não pertence. E, assim, numa perspectiva de amor, é bom que o tempo não volte atrás, porque o nosso caminho é para a frente; é bom que não se possam reformar continuamente os nossos actos, porque, sem isso, nunca chegaríamos a ser verdadeiramente nós.

Finalmente, a última consequência do amor está intimamente ligada com a sua característica mais importante, a gratuidade. O amor traduz-se numa doação, numa entrega gratuita. Simplesmente, cada pessoa, no acto de amor, nada possui de seu, a não ser ela própria. E é isto que ela confia à outra pessoa, totalmente, sem reservas. E isto significa uma renúncia a tudo o que há de mais especificamente próprio em nós, e que, naturalmente, desejaríamos que ficasse sempre escondido, pois que o conhecimento de muito menos, por outras pessoas, nos pode levar ao desespero, como oportunamente vimos. Mas, para que este acto se realize, uma condição é necessária, e é a de cada um de nós deixar de ser ele próprio, ou, pelo menos, de ser o seu centro, para ser os outros, com os seus problemas, as suas dúvidas, as suas contradições, que passam a ser as nossas (30).

Por isso, em primeiro lugar, quando amamos, deixamos de ser nós que vive, mas Cristo que vive em nós. (S. Paulo, Gal. II, 20). Depois, passamos a ser os

(3) Cr. «Cada um de nós... escolhendo-se, escolhe todos os homens» (Sartre, L'Existencialisme est un humanisme, pág. 25).

(4) Estar em sociedade não é um simples estar com, é estar em frente de. Mesmo que se não vivesse com os outros, nem por isso se estaria menos em sociedade, porque o homem estaria sempre em frente de si mesmo. Em frente dos outros ou em frente de si, está-se sempre acompanhado.

(5) Em Huis-Clos lê-se, na cena 5.ª: «Aucun de nous ne peut se sauver, seul: il faut que nous perdions ensemble ou que nous nous tirions d'affaire ensemble». (pág. 147-8).

(6) É isto que Sartre quer dizer, quando, também em Huis-Clos, faz Inês afirmar: «Le bourreau, c'est chacun de nous pour les deux autres».

(7) Le Personalisme, pág. 7.

(8) Sartre, L'Existencialisme... pág. 22.

(9) Foi este o passo que o personalismo não deu, tornando, assim, as suas conclusões incoerentes com as premissas de que parte.

(10) Regis Jolivet, Traité de Philosophie, vol. IV, § 90, B I b, pág. 109.

(11) Regis Jolivet, id., § 87, A I, pág. 107.

(12) Já esta dualidade de concepções gerais, que em cada autor toma nuances próprias, transformando-se em pluralidade, nos devia fazer meditar...

(13) Cit em Luís Braz Teixeira, O problema da pessoa em Direito.

(14) R. Jolivet, id., § 10, 2 a, pág. 19.

(15) Ver outras objecções, que, historicamente, têm sido postas à concepção da natureza humana, nomeadamente as do positivismo de Hobbes, Comte, Durkheim e Levy-Bruhl, sobre as variações da natureza, em Jolivet, ob. cit. pág. 108 e segs.

(16) Ad Gal. III, 28. Cf. ICor., XII, 12-13 e Efes., III, 3 e segs.

(17) A Essência do Cristianismo, pág. 297.

(18) L'Existencialisme... pág. 68.

(19) Gen. III, 16-20.

(20) Kierkegaard, O desespero humano, pág. 34.

(21) A maioria das pseudo-definições que têm sido dadas são puras analogias, desde o célebre soneto 40 de Camões «Amor é fogo que arde sem se ver» (Lírica, pág. 126) até à materialista concepção dum Dr. Lallemand: «O amor... é simplesmente a atracção de duas mucosas». (Cit. in A Questão Sexual, de Jaime Brasil).

(22) O próprio Cristo estabeleceu a identidade entre o primeiro e o segundo mandamento (Mat. XIII, 34-40), e em várias alturas afirma que o que se fizer aos outros é a Ele mesmo que se faz. No Evangelho de S. João, Cristo diz mesmo, na última ceia: «Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros». Nisto conhecerão que sois meus discípulos. (XIII, 34-35).

(23) No caso em que alguém ama outra pessoa, ou outras, e elas não o amam, isso sucede por que Deus o ama, e este amor serve de contrapartida. E isso é tanto mais verdadeiro quanto é certo que quem ama outras pessoas, e por elas não é amado, fá-lo, precisamente por Deus, para Deus.

«ENCONTRO 25: quatro pontos de desencontro»

O QUADRANTE publicou no seu n.º 4, de Fevereiro último, um artigo intitulado «ENCONTRO 25: quatro pontos de desencontro», assinado por Vasco Pulido Valente, onde se dizem coisas que, por não parecerem certas, merecem algum reparo.

O tom da crítica não possibilita que sejam os próprios autores visados a responder. Ai não se debatem ideias e opiniões: fazem-se afirmações, dogmáticamente, sem a invocação de qualquer espécie de fundamento.

Não interessa, pois, discutir o fundo da questão, visto o artigo em causa não fornecer sequer elementos suficientes para tal. A crítica que vamos fazer é, deste modo, meramente formal e de método.

Como os três primeiros pontos apresentam características comuns e envolvem um mesmo sistema de crítica, referir-me-ei a eles em conjunto. O último ponto, cuja gravidade de matéria e leviandade de tratamento merece mais severa crítica, será analisado posteriormente.

Vasco Pulido Valente não gostou de três dos artigos publicados no n.º 25 do ENCONTRO. É legítimo, é natural que não concorde. É igualmente legítimo e natural que escreva a dizer isso mesmo.

O que, porém, não pode fazer é esquecer-se de dizer porque não gosta ou não concorda.

Aqueles três primeiros pontos levam-nos a pôr o mesmo dilema:

De duas uma: ou o V. P. V. não gostou porque tem razões sérias para tal, e, então, é pena que as tenha calado; ou não gostou porque não gostou, como as crianças teimosas, e nesse caso escusava de ter desperdiçado o espaço do QUADRANTE, que é suposto não ter sido feito para publicar o relato das emoções gratuitas dos alunos da Faculdade de Direito (até por que não tem espaço para publicar as de todos, e

publicar só as de alguns é manifestamente injusto).

«Certas coisas e certos homens respeitam-se, mesmo quando com eles não concordamos»

Porque razão certos homens se respeitam e outros não?

Neste ponto sou um pouco mais severo que o V. P. V. Os homens, todos os homens, respeitam-se, mesmo quando com eles não concordamos. Chamem-se eles Aquilino Ribeiro ou Zacarias de Oliveira.

O método usado foi, algumas vezes, o de isolar uma frase ou um troço de frase para dela tirar efeito.

Por exemplo: «Os retratos de Modigliani são, segundo Bigotte, «inimitáveis». Necessitava-se a sua confirmação».

O processo é por demais conhecido e, infelizmente, muito usado. Até porque, para os incautos, dá sempre resultado.

Convido os leitores a ler de novo a frase que V. P. V. truncou. Dir-me-ão, talvez, que a frase é discutível, mas concordarão que uma análise honesta não se pode apoiar em processos destes.

Que diria o V. P. V. se eu escrevesse, criticando-o:

«Os meios inferiores são, segundo Pulido, «baixos». Necessitava-se a sua confirmação?»

2

Quanto ao último ponto, um esclarecimento prévio. Perante aquela frase do editorial houve três posições distintas por parte dos universitários:

EXPOSIÇÃO DOS ALUNOS DA A. S. B. A. L.

Realiza-se de 2 a 11 de Abril a Exposição Anual de Trabalhos extra-escolares dos alunos da Escola Nacional de Belas-Artes, no salão da S. N. B. A.

A Exposição constará de arquitectura, escultura, desenho, gravura e cerâmica.

1.º grupo — Os que sabem o sentido das expressões cristãs e compreenderam o que se queria dizer, simplesmente;

2.º grupo — Os que não compreenderam a expressão e acharam absurdo que utilizássemos termos tão vagos («que ninguém tem obrigação de conhecer») sem esclarecimentos prévios;

3.º grupo — Os que sabem o conteúdo das expressões cristãs, mas acharam que não deixava de ser oportuno lembrar que a virtude da pobreza «tem sido uma expressão adulterada e empregada em especulações de poucos escrupulos, para a justificação política de determinado estado de coisas».

Aos incluídos no 2.º grupo dissemos já qualquer coisa (em geral: ENCONTRO, n.º 26; em particular: idem, pág. 9: «Babel»).

Ao 3.º grupo pertence Vasco Pulido Valente e é agora ocasião para responder à sua «advertência».

Em primeiro lugar, a quem se dirige a advertência? A redacção do ENCONTRO? Ou ao público em geral, ao leitor?

Se se dirige à redacção do ENCONTRO, foi escusada a nota, pois já todos sabemos que certas expressões estão adulteradas. Se se dirige ao público só pode ter um sentido, aliás injusto e ofensivo para o jornal: sugerir que também o ENCONTRO recorre ao conteúdo adulterado das expressões que usa, para fins menos claros e honestos.

Pergunto ao autor: nos quatro anos e meio de vida do jornal que critica, encontrou alguma vez infidelidade ao autêntico conteúdo das ideias e das expressões cristãs?

Se encontrou, convidou-o a que o declare; se não encontrou, peço-lhe que pense um pouco sobre o facto e depois me diga porque razão suspeita agora daquilo que objectivamente se lhe impõe como constantemente honesto e limpo.

Há jornais que não têm uma ideologia específica, por vicissitudes estatutárias (é o caso do QUADRANTE); a esses não se deve pedir coerência e fidelidade a si próprios.

Porém, um jornal como ENCONTRO, portador duma tradição de segurança e de fidelidade a um pensamento bem concreto e bem pouco vago como é o Catolicismo, tem o direito de esperar e de exigir que o recebam sem suspeições baratas nem advertências reticentes.

3

Todo o artigo do V. P. V. respira GRATUITADES e IRRESPONSABILIDADE.

Não posso, todavia, terminar sem notar a extraordinária injustiça que envolve esta frase, quando aplicada ao ENCONTRO: «...a alta opinião que certas pessoas, não aderentes, têm do Catolicismo é contantemente desiludida por esses que se fizeram dever de o representar. Os meios inferiores são tanto mais baixos, quanto mais elevadas são as crenças que defendem, quanto mais dignificante e apto a responder, de maneira completa, às necessidades espirituais do homem é o ideal que servem».

Quem conhecer o ENCONTRO está apto a julgar da justiça desta frase: peço a todos os universitários conscientes que o façam.

Por mim, como um dos responsáveis actuais pelos defeitos do ENCONTRO, só peço ao Vasco Pulido Valente o favor de pensar primeiro no alcance do que escreve, sobretudo quando isso implicar ofensa para uma pessoa ou uma instituição. Todas as críticas sérias nos servem e nos são úteis. Mas só essas.

O que fica escrito não pretende ser o início ou a continuação duma polémica. Mesmo que o V. P. V. venha dar as razões que no seu artigo deveria ter dado: critiquei não o que ele pensa no íntimo ou venha a escrever, mas aquilo que escreveu.

A recusa à polémica pela polémica pode parecer estranha a todos os que acreditam verdades.

Escrevi-o todavia, para os que crêm na Verdade.

Porque, disse S. João, «Só a Verdade nos libertará».

Luís Braz Teixeira

QUADRANTE

publicação não periódica

Director — José Lebre de Freitas

Administrador — Clara Simões Moita

Editores — Adriano Martins Cerqueira e Carlos Faria

Redactores — António Vilela Joaquim Mestre

PREÇO AVULSO — 2500

Assinaturas { 5 n.ºs — 10500
10 n.ºs — 20500

N.º 5 — MARÇO — 1960

(24) Ressalva-se, assim o caso de Cristo, cujas dimensões divinas permitem um amor concreto, em relação a todos e a cada um dos homens.

(25) Cidade de Deus, C. X. 32.

(26) Confissões, Liv. I, cap. I, pág. 29.

(27) Desespero humano, pág. 35.

(28) Missal Quotidiano e Vespéral de Lefebvre, pág. 589.

(29) S. Paulo fala, mesmo, da «loucura da pregação».

(30) Recordar o soneto de Camões «Transforma-se o amador na coisa amada».

A 4 de Janeiro de 1960, ao 90.º quilómetro da R. N. n.º 5, a «estrada das férias» de França, morreu Albert Camus, Prémio Nobel de 1957.

Há indivíduos que têm o condão de suscitar a atenção e a actividade mental das outras pessoas durante muito tempo. Albert Camus era um desses. Em cerca de quinze anos convergiram sobre ele os olhares dos intelectuais de todo o mundo. Esperava-se a cada instante, a cada novo livro, um passo mais num determinado sentido. Ansiava-se pela obra definitiva, chave, a «Suma» do nosso tempo. Acabáramos possivelmente por jogar pró ou contra.

Camus, aliás, nunca tentou enganar ninguém a esse respeito. Em determinada altura deve ter-se mesmo compenetrado da real necessidade dessa atitude.

Entretanto, homens das esquadras e homens das direitas, homens católicos e não católicos,

o primeiro encontro com o grande homem, descrevem como era na intimidade ou no café, como lhes disse uma vez com a mão no ombro a tal frase que nunca mais esquecerão, etc., etc..

Entretanto, os tais que esperavam sentem-se logrados, enfurecem-se, acham que foi «burocrático», inexplicável, sim, porque um Nobel quando morre (se morre), deve ter o cuidado de o fazer como um Papa, com expectativa semanal e nunca esborrachado contra um poste, sem mais aquelas.

E Camus, lá do outro mundo, que dirá? É difícil adivinhar. Mas Meursault, esse, sei eu que se rirá, gargantuescamente, até às lágrimas.

A outra vez talvez não ria. Talvez boceje.

II — O REINO

Quando se fala de Camus é imprescindível referir-se as duas fases do seu pensamento: a fase do «Mito de Sísifo» e depois a do

«m ao antigo caminho que comecei a abrir com «O Averso e o Direito» do qual se vêm os vestígios em tudo o que fiz depois» «(...)» Se apesar de tantos esforços para construir uma linguagem e dar vida a mitos não conseguir um dia tornar a escrever «O Averso e o Direito», nunca terei conseguido nada, eis a minha vaga convicção» (3).

Em geral, esquecem-se as pessoas que Camus conheceu a miséria, que durante muitos anos foi um pobre entre muitos e que nunca o deixará de ser toda a sua vida. E um pobre, mais do que ninguém, possui uma predisposição instintiva para crer, para acreditar seja no que for.

Todo o homem pode ser explicado por dois processos fundamentais: como consciência de si ou como consciência da sua época. Um intelectual por definição e exigência natural é inteligência e problematização do seu tempo — e nessa medida a sua

tificação. A pobreza, em 1.º lugar, nunca foi para mim uma desgraça: a luz derramava sobre ela as suas riquezas (...) A miséria impediu-me de ver que tudo está bem debaixo de Sol e na história; o Sol ensinou-me que a história não é tudo. Mudar a vida, sim, mas não o mundo de que eu fazia a minha divindade».

O mundo fundamental de Camus, não é um mundo «absurdo» ou pelo menos não o é na totalidade. Um pobre nunca se deixa possuir de um tal despreendimento, deseja sempre com certa intensidade.

Nesta primeira fase (e creio mesmo que sempre) Camus pelo menos possui dois valores positivos, sólidos, perfeitamente justificativos: o mundo, de que faz a sua «divindade», e um amor quente, compreensivo, pelos pobres ou melhor, por tudo aquilo que eles possuem de grandeza. «Estou preso ao mundo por todos os meus gestos, aos homens por



CAMUS criança (ao centro) e a sua gente

democratas e não democratas, materialistas e idealistas, anarquistas e solidaristas disputam-se sobre a presa.

Camus recusa durante muito tempo, alimenta a discórdia; depois, lentamente, começa a movimentar-se e é então que ao alarido da zaragata se ergue tonitroante. «Camus sabe a verdade». A multidão está presa pelo beijo, olha extasiada e compra, vai comprando sempre.

Há convites, olhares suplicantes, acenos, promessas, furtivas tentações, um anseio geral. O Kremlin e o Vaticano esperam, benevolentes, a chegada do filho pródigo. Prepara-se o banquete.

E é então que se dá o inevitável. Camus morre, prosaicamente, como teoda a gente, contra um poste.

Mas Camus era bondoso, arranhou uma morte que permitisse a toda a gente falar nele, escrever um artiguinho, verter a lágrima cultural pelo grande homem, o digno chefe de família, o pai extremoso, e o mentor da juventude. Os inimigos mais assanhados vêm hoje depôr um ramalhete de flores e dizer palavras condóidas, saudosas, e evocar nostálgicamente as já longínquas dissensões. Os pequeninos escritores de terceira classe em qualquer cidade de província, narram para os seus periódicos

«Homem revoltado», a fase do absurdo e a frase do humanitarismo, lúcido e confiante.

Crê-se assim numa evolução do nada para os valores positivos, numa conquista progressiva, conquista que subrepticamente nos é apresentada como modelo, como antevisão dum caminho a trilhar por todo o intelectual que se preze. Desde logo, portanto, começam a tentar dirigir-nos pelo exemplo. A gente nem dá por isso, e admite com a melhor boa vontade duas coisas que me parecem muito discutíveis: 1.ª — que é necessária uma evolução (qualquer que ela seja); 2.ª — que os termos posteriores dessa evolução são, porque precisamente posteriores, os melhores.

Eis, portanto, um ponto controverso. Simplesmente seria um ponto fora de propósito. Contra o comumente estabelecido, creio que a respeito de Camus se não pode falar duma evolução-progresso no sentido apontado.

Não quero com isto afirmar que não haja um certo «caminhar para» mas não no sentido duma evolução-progresso. Há uma tomada de posição inicial, depois abre-se uma espécie de paréntesis, para mais tarde se tornar à atitude primitiva: «Mas por fim, as minhas culpas, as minhas ignorâncias e fidelidades, voltaram sempre a trazer-

evolução espiritual explica-se em função de um ambiente (político, económico, mental) que o molda. Tudo isto é certo.

Mas antes, o intelectual é homem, isto é, adolescente, e criança e nessa medida é preciso compreendê-lo como simples produto do meio familiar, do seu tipo caracteriológico, dos complexos psicológicos, das suas mais co-

mesinhas exigências e vaidades.

Albert Camus não é apenas o tos pela conjuntura vária do tou solucionar os problemas filosófico e o romancista que tenosso tempo. Não é apenas o homem que levou toda uma geração a tomar consciência de si própria», segundo o definiu F. Mauriac. Pelo menos não o é fundamentalmente.

Camus sabe-o e afirma-o não sem certo orgulho, certo «castelhanismo»: «Por mim, sei que a minha fonte está em «O Averso e o Direito», nesse mundo de pobreza e de luz em que vivi por muito tempo e cuja recordação me preserva ainda dos dois perigos contrários que ameaçam todos os artistas: o ressentimento e a sa-

a malogr

toda a minha piedade e o meu reconhecimento» (2).

«O Averso e o Direito» é principalmente o livro dos homens, de todos os que constituem a sociedade do seu bairro de Belcourt, aqueles «a quem faltava quase tudo e invejavam pouco mais do que nada». «Apenas pelo seu silêncio, a sua reserva, a sua altivez natural e sóbria, esta família, que nem sempre sabia ler, deu-me então as minhas mais profundas lições, que perduram ainda».

«Noces» é o livro da natureza, a elegia do mundo, o cântico do deus-sol. É preciso amá-la e senti-la: «Au printemps Tipasa est habitée par les dieux et les dieux parlent dans le soleil et l'odeur des absinthes, la mer cuirassée d'argent, le ciel bleu écru, les ruines couvertes de fleurs et la lumière à gros bouillons dans les amas de pierres. A certaines heures, la campagne est noire de soleil. Les yeux tentent vainement de saisir autre chose que

por | joaquim MESTRE

des gouttes de lumière et de couleurs qui tremblent au bord des cils. L'odeur volumineuse des plantes râcle la gorge et suffoque dans la chaleur énorme».

Em tudo isto há a poesia da dádiva, há a aceitação de quem pouco possui, mas para quem o mar, as rochas, o ar, o sol, são infinitos, como é infinito o sonho e o seu desejo de beleza.

Mesmo em «O Estrangeiro», no mais profundo do desespero e do absurdo, Meusault conserva ainda quase sem se dar conta, muito desse carinho, e desta poesia: «A água estava fria e era bom nadar. Afastei-me com Maria e sentimo-nos os dois de acordo nos nossos gestos e no nosso contentamento. Ao largo puse-

mo-nos a boiar de costas e, na minha cara voltada para o céu, o Sol afastava os últimos véus de água que me escorriam para a boca (...) Depois Maria veio ter conosco. Voltei-me para a ver. Estava viscosa da água salgada e tinta os cabelos caídos para trás. Estendeu-se encostada a mim e os dois calores, o do corpo dela e o do Sol, adormeceram-me um pouco».

Meursault não é ainda o herói absurdo. Creio que é possível encontrar através de toda a obra de Camus uma fidelidade embora às vezes muito remota a estes valores fundamentais. E por isso, precisamente que não há aquisição progressiva.

Camus nesta época é ainda e quase exclusivamente consciência de si, resultante de um condicionalismo económico-familiar específico.

Segundo as suas próprias palavras: «estava eu próprio demasiado ocupado em sentir para so-

pelo menos discutia-se sobre isto com ilimitada confiança no resultado.

O nosso tempo nem sequer pode discutir, porque isso pressuporia racionalismo, e a razão está destronada definitivamente. E se se não discute, antes de mais imponhamos a nossa vontade com todo o peso da nossa sofística e, se não chegar, com o peso, mais palpável, da nossa força, da nossa incomensurável força.

É preciso então que o homem se afirma contra, já que o mundo não tem piedade.

«Ce divorce entre l'homme et sa vie, l'acteur et son décor, c'est proprement le sentiment de l'absurdité (...) *Ce qui est absurde, c'est la confrontation de cet irrationnel et de ce désir éperdu de clarté dont l'appel résonne au plus profond de l'homme*» (1).

Como escreve Sartre, «o absurdo fundamental manifesta antes de mais um divórcio entre as as-

nios remonta até nós»), quer enfim e sobretudo da *visão da morte* (não do seu contacto, claro mas da sua certeza matemática, negando todo o sentido e utilidade à nossa pobre aventura individual).

b) A *inteligência do absurdo* advem-nos da negação da razão: impossibilidade de distinguir o verdadeiro do falso, impossibilidade de unificar, fracasso do conhecimento científico e do conhecimento de nós próprios.

«Le Mythe de Sisyphe» é a descrição pormenorizada do absurdo no plano da inteligência, no plano moral e no plano da criação artística. Era a realização em termos possíveis e um pouco modestos do voto de Calígula: «moi, j'ai décidé d'être logique et puisque j'ai le pouvoir, vous allez voir ce que la logique va vous couter. J'extrémiserai les contradicteurs et les contradictions. S'il le faut, je commencerai par toi».

contradição essencial que justifica a visão absurda da vida, «é ser uma passagem vivida, um ponto de partida, o equivalente, em existência, da dúvida metódica de Descartes» (1). E chega-se com esta afirmação ao mais cerne da transposição da chamada fase absurda para a fase de «la pensée de midi». É desnecessário progredir. Tudo o que queremos dilucidar se tece em volta deste tema.

Concebida portanto a absurdidade como um método, torna-se muito mais difícil negar o suicídio e por conseguinte o assassinio. Chegados aí, as coisas começam a estabilizar-se, há valores a que nos podemos chegar, temos argumentos, podemos barafustar com os adversários, podemos defender-nos e constituir a nossa licitude.

«L'Homme Revolté», é uma tentativa minuciosa, partindo do absurdo para negar o absurdo. Simultaneamente como é óbvio,

ALBERT CAMUS

OU

grada profecia do post-guerra

nhar com outras coisas».

Mas essas «outras coisas» erguem-se e impõem-se pouco a pouco. Camus vai preocupar-se d'ora em diante com elas em particular. Vai abandonar o seu Sol e o seu mar de Argel. Muda-se para Paris, coloca-se no centro do mundo; porém, do centro do mundo o que vê é o trágico e a insignificação.

III — O EXILIO

Ao imenso e inesgotável desejo de beleza, de justiça de fraternidade que o homem em geral e o pobre em especial, traz em si, que responde a sociedade?

A sociedade é a negação pura. Os factos que os homens desencadeiam evoluem por si mesmos, transformam-se em avalanche incontível, e a avalanche submerge a humanidade. Sobre esta paisagem as ideologias justificativas, as palavras de ordem que guiam as massas, os gritos que conduzem os povos à guerra, ao ódio mútuo, à barbárie, à consideração dos que discordam, à imposição pela força. E por detrás de tudo isto há os interesses que se não confessam, há os intuitos escondidos das oligarquias, os verdadeiros motivos que se não ostentam nas parangonas dos jornais, nem se escrevem nos livros da escola, nem se ensinam na propaganda política.

A humanidade inteira retalhada numa carnificina imbecil e alienante é um espectáculo elucidativo para quem pode e quer ver. Onde está a razão universal? Onde estão os valores? Como hierarquizar? Onde a democracia e as liberdades individuais? Porquê, mesmo, democracia e liberdade?

Quando se tem consciência desta viragem radical que se opera durante o século vinte, sente-se uma espécie de vertigem. A vertigem que suscita o abismo e o negrume do nada.

Outrora conhecia-se a economia óptima, a melhor moral, o mais justo sistema político. Ou

pirações do homem à unidade e o dualismo intransponível do espírito e da natureza, entre o «élan» do homem para o eterno e o carácter finito da sua existência, entre o «desejo» que é a sua própria essência, e a vaidade dos seus esforços» (1).

Esse divórcio é uma conquista puramente pessoal. O absurdo não se explica, não se prova, sente-se como um choque e as coisas iluminam-se então a uma luz nova, estranha.

Robert de Luppé distingue (2) entre a experiência desse não-senso da vida, quer pela sensação quer pela inteligência.

a) A *sensação do absurdo* nasce quer da *visão do mecânico* dos nossos gestos, das nossas palavras, quer da *visão do tempo*, quer da *visão da estranheza do mundo* («no fundo de toda a beleza vive qualquer coisa de inhumano (...) a hostilidade primitiva do mundo através dos milé-

IV — VOLTA A TIPASA

1. «O sentimento do absurdo, quando se pretende tirar dele uma regra de acção, torna o assassínio pelo menos indiferente e, por conseguinte, possível. Se não se crê em nada, se nada tem sentido e se nós não podemos afirmar nenhum valor, tudo é possível e nada tem importância» (3).

E sobre este dilema que se abre a terceira fase do pensamento de Camus. Como edificar num campo raso onde tudo foi destruído e não ficou pedra sobre pedra? É impossível viver eternamente à mercê das intempéries. É preciso um abrigo.

(Compreende-se até que ponto, nessa procura desesperada para encontrar uma legitimação as soluções dependem em grande parte dos indivíduos que as assumem).

Camus parte do princípio de que o verdadeiro carácter da

é uma explicação do processo histórico que levou ao estágio actual do pensamento europeu.

«Podemos nós, longe do sagrado e dos seus valores absolutos, encontrar a regra duma conduta?», tal é a questão que se põe.

A marcha da humanidade — Camus demonstra-o à sociedade — fez-se até hoje no sentido duma progressiva dessacralização, o homem libertou-se de todos os valores, de todas as peias. É preciso agora tornar a encadear-lo, senão reinará a anarquia e a injustiça. Se Camus blasfema contra os deuses é na esperança de um novo deus.

2. Fundamentalmente concebem-se três fugas ao absurdo:

a) ou se retrograda aos Valores anteriores (caso Lautrémont, nomeadamente),

b) ou se acaba por crer, apenas crer, vagamente, e dá-se como explicação a manifesta necessidade de crer em algo (Kafka, Dostolevski),

c) ou se faz do absurdo um método, algo que se vive, se esquece ou se ultrapassa.

Finalmente há os que não fogem — Stirner, entre outros — mas esses não contam para o caso.

A atitude de Camus integra-se na terceira categoria. É dos que creem. Um nostálgico da divindade, afinal de contas. «Il lui enseigne en même temps — escreve sobre Nietzsche — que vivre sur une terre sans loi est impossible parce que vivre suppose précisément une loi».

Tudo isto seria muito discutível, mesmo que se admitissem os postulados fundamentais. Ora nós nem esses aceitamos.

Designadamente esta exigência, esta premência que se nota em toda a obra de Camus em encontrar um apolo, um valor-fonte, torna-nos desde logo esse pensamento suspeito. Falando da



Prémio Nobel 1957

(continua na pág. 15)

PELO ALARGAMENTO das Associações de Estudantes

por Jorge Santos

«Só pretendo lançar as bases de um debate construtivo sobre estes pontos, condição, quanto a mim indispensável, para uma renovação e arejamento de toda a vida académica.»

Estas palavras foram escritas pelo colega Ramos de Almeida no seu artigo publicado no último número do nosso jornal. Correspondo ao seu apelo, eis-me dando a minha contribuição para a solução dos problemas que hoje nos afligem, quais sejam os do alargamento das A. A.

Antes de mais, devo dizer que não pretendo negar a justeza das opiniões do colega R. A. Tudo quanto ele disse está, a meu ver, absolutamente certo. Simplesmente, não me parece que sejam suficientes, nem as razões apontadas, nem as sugestões apresentadas, para a solução do problema de que estamos a ocupar-nos.

Outra prevenção gostaria de fazer: é possível que, ao ler as linhas que se vão seguir, muitos as considerem injustificadas num jornal universitário, por pouco ou nada se referirem à Universidade. A esses eu desejo dizer, em primeiro lugar, que o «Quadrante» só por tradição é universitário, porque nem a colaboração de outros estudantes lhe está vedada, nem a sua leitura se circunscreve, necessariamente, aos estudantes universitários; em segundo lugar, que penso que os problemas universitários nem sempre se podem resolver à base da experiência universitária e que, quando assim for, não devemos hesitar em sair do nosso reduto, buscando soluções em campos que, afinal de contas, nem sequer são substancialmente diferentes do nosso.

I

Da leitura do artigo do colega R. A. depreende-se que o relativo fracasso das A. A. é devido, em última análise, ao espírito isolacionista que anima os jovens ao entrarem na Universidade. Esse espírito é duplamente nocivo. Primeiro, porque em nada contribui, antes pelo contrário, para a resolução dos problemas comuns («Mas não seria um erro desses nossos colegas supôr que para a realização de tais objectivos — afinal comuns a quase todos — a acção de cada um para seu lado, com os escassos meios próprios, ainda é a melhor?»); em segundo lugar, porque é uma porta aberta para a passividade dos estudantes («As conferências ouvem-se, as exposições vêem-se, as folhas compram-se, os descontos usam-se, etc., etc.»).

Em relação a isto, apenas uma palavra me ocorre ao espírito: certo. Mas logo surge outra expressão: mas não suficiente.

Este estado de espírito descrito pelo colega R. A. traduz-se, afinal, numa falta de confiança nas A. A. Diz o colega R. A.: «onde se criaram A. E., quero crer que não haja um estudante, um único, que não tenha beneficiado directamente com as suas realizações.» Está certo. Simplesmente os estudantes não têm consciência de que, por detrás dessas realizações, está uma Associação que é de todos eles.

Esta falta de confiança é fruto da ignorância quase total em relação às vantagens da Associação, em geral, das Associações Académicas, em particular. Mas este conhecimento, não importa que seja adquirido de modo mais ou menos teórico, através da conversa, da recepção da experiência dos que já labutam nas A. A. O que importa, é que ele seja adquirido através de uma experiência própria, manifestada no dia a dia de uma participação activa. E é aqui que está, a meu ver, o segredo da abelha, que me parece não ter o colega R. A. tentado, sequer, desvendar.

Há falta de confiança nas A. A. Certo. Há falta de formação associativa. Certo ainda, até porque as duas coisas estão estreitamente ligadas, (há falta de confiança porque não há formação associativa e não há formação associativa porque há falta de confiança). Mas eu acrescento: há falta de formação associativa porque a maior parte dos jovens nunca participou em nenhuma trabalho de equipa, pelo que é utópico esperarmos que eles saibam das vantagens da Associação.

E é este o tema que eu vou tentar desenvolver: quais as razões pelas quais se verifica um geral alheamento dos universitários pelas A. A.

Diz o povo, na sua imensa sabedoria, que de pequenino se torce o pepino; mais uma vez se verifica a veracidade deste ditado. É que, realmente, o grande mal está no que se passa connosco antes de chegarmos à Universidade: o nosso papel é sempre passivo — salvo algumas excepções que só servem para confirmar a regra — desde a iniciação nas primeiras letras até ao término do curso liceal.

Não pretendo analisar a situação na instrução primária, já porque está muito remota em relação a nós, estudantes universitários, já, e principalmente, porque me faltam dados e sabeça para o fazer. Debruçar-me-ei, pois, sobre o curso liceal onde creio que muito se poderá fazer por uma activação da colaboração estudantil.

Que se passa durante os 7 anos que dura o curso dos Liceus? O estudante limita-se a receber, sem nada oferecer em

contrapartida, a não ser muitas energias, gastas a decorar os antipáticos compêndios cheios de rios, serras, equações e preposições. E todavia, que potencial de actividade se não encerra na juventude liceal... Que oportunidade magnífica para formar jovens conscientes das suas responsabilidades de homens de amanhã!

O papel do estudante liceal é sempre meramente passivo. Há, é certo, actividades circum-escolares. Mas quem as organiza, quem as dirige? Todos menos aqueles a quem tal devia competir, e que são, precisamente, os estudantes.

Existem, na maior parte dos Liceus, equipas de futebol, representativas da Escola, mais ou menos aptas a tomar parte nos campeonatos organizados pela M. P. Em horas determinadas, essas equipas fazem os seus treinos, disputam os seus desafios. Mas se um grupo de alunos, que porventura não fazem parte da equipa representativa do Liceu (e este é um aspecto que se liga com um problema que adiante focarei), organiza um desafio, disputado com bola de trapos, no pátio, durante um intervalo, o menos que o espera é a apreensão da bola, acompanhada da revolta perante uma manifestação de autoridade que nunca é convenientemente explicada, pelo que assume foros de tirânica.

É certo que é um mau costume os jogos disputarem-se nos pátios, pelo incómodo que isso representa para os que neles não estão participando, pelas precárias condições higiénicas em que se desenrolam e pelo perigo em que deste modo se colocam as janelas do edifício e as plantas do jardim. Assim, eu sou o primeiro a concordar que «manifestações desportivas» deste tipo não devem ser permitidas. Mas é puramente negativo que os responsáveis se limitem a estabelecer a proibição. Há, pelo contrário algo de positivo a aproveitar nos desafios com bola de trapos: a manifestação, embrionária embora, da capacidade organizativa dos jovens.

Existe em cada jovem um portentoso manancial de virtualidades criadoras. Como sua manifestação, organizam-se os citados jogos, que já vimos serem, de facto, prejudiciais, por várias razões. Mas, em vez de reprimirmos estas actividades, devemos antes canalizá-las no bom sentido, devemos aproveitá-las, estimulando nos jovens a auto-confiança e a capacidade realizativa.

Organiza a M. P. campeonatos desportivos entre os Liceus. E

certo que uma organização deste âmbito está fora das possibilidades dos estudantes isolados. Mas então, não será melhor desistirem-se dessas manifestações em grande escala, e entregar aos jovens a organização de campeonatos internos, à escala de um Liceu? Eu creio, firmemente, que sim. O contrário desta política que defendo, é precisamente a passividade actual, este «far niente» que nem sequer é «doce», pelas amargas consequências que só na Universidade vêm à superfície.

Mas esta passividade tende a agravar-se à medida que se verifica a tendência para a formação de élités. Vejamos alguns

exemplos, antes de desenvolver esta ideia.

Atentemos, novamente, no caso das equipas de futebol. Quando num determinado Liceu existe uma equipa, já se sabe que quem pode jogar são os 11 alunos que mais habilidade e intuição manifestem para a prática da modalidade. Nalguns liceus desce-se mesmo ao exagero de contratar profissionais de futebol para treinar as suas equipas. Resultado: deparamos, por um lado, com uma minoria de jovens que, a pouco e pouco, se vão assenhoreando dos segredos (e quantos deles moralmente condenáveis...) do jogo; por outro lado, vemos a grande maioria impossibilitada de jogar «porque não tem jeito», e condenada ao passivo papel de assistir aos jogos das «estrelas».

Outro exemplo: em certos Liceus existem Grupos Cénicos. No Liceu onde fiz o meu curso havia um, pelo que posso falar com segurança. Mas verificava-se que o esplêndido trabalho de equipa que é um Grupo Cénico era completamente desprezado. Tal como sucedia no futebol, quem representava eram os alunos «com jeito». Tudo o resto (encenação, cenários, luminotécnica, etc.), estava a cargo ou de profissionais ou de um Professor que «entendia de teatro». Poderia dizer-se que só deste modo se conseguia um certo nível nos espectáculos. Como se a missão do Grupo de Teatro fosse a de ganhar medalhas...

Através destes dois exemplos pretendi apenas destacar este ponto: a grande massa, à força de nunca participar nos grandes empreendimentos, habituava-se a considerá-los obra de alguns «carrolas», tarefas gigantescas que não estão ao seu alcance. Em pouco tempo, este sentimento de impotência se transforma num outro: o de que estes empreendimentos não são seus, que entre a grande maioria e eles nada há de comum. Daqui que, quando chega à Universidade, o jovem sinta o mesmo em relação às A. A.: um pequeno grupo de «teimosos» que se sacrifica e lhe dá exposições em que não colaborou, concertos para os quais não trabalhou, e sebtentas, sobretudo sebtentas.

II

Esta, a situação actual nos Liceus portugueses: por um lado, papel passivo dos estudantes, postos em face de empreendimentos que não são por si próprios organizados; por outro, agravamento desta passividade pela impossibilidade de participação da grande massa nesses empreendimentos.

Mas haverá alguma coisa a fazer? Eu penso que sim. E a trabalhar, começa-se desde já, que o atraso é muito grande.

(cont. na pág. 15)

noticiário interno

— Com o objectivo de minorar as dificuldades encontradas pelos recém-licenciados em direito, para o exercício da respectiva profissão, efectuou-se na faculdade uma reunião de sócios, com o objectivo de estudar as possibilidades da constituição de cooperativas de advogados, muito vulgarizadas no estrangeiro mas inexistentes no nosso país. Foi escolhida uma comissão para dar seguimento ao assunto e procurar resolver os problemas legais subesistentes.

— A secção cultural levou a efeito, no passado dia 14 de Março, no Cinema Império, um concerto com obras de Fernando Lopes Graça, no qual colaborou a pianista Maria da Graça Amado da Cunha, o barítono Hugo Casais e a Orquestra de Câmara dirigida pelo autor.

— Os dirigentes das associações de Lisboa encontraram-se com o sr. Dr. Azeredo Perdigão para tratar da concessão de subsídios às actividades culturais das associações.

— As associações endereçaram uma carta a Sua Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, pedindo a criação da Comissão Permanente das Obras Sociais e Circum Escolares.

— A secção de intercâmbio iniciou uma série de diligências junto das repartições estrangeiras de turismo, existentes em Portugal, destinadas a obter o apetrechamento com material de informação turística, que a auxilie a melhor desempenhar as suas funções.

— Realiza-se no dia 8 de Abril uma conferência pelo médico psiquiatra Dr. Diogo Furtado, subordinado ao título «O Crime como Destino».

— Por iniciativa da Secção Pedagógica, realizou-se na Faculdade uma reunião para tratar dos principais problemas dos alunos voluntários. Tomaram-se importantes decisões, nomeadamente no que respeita:

— estabelecimento de um sistema informativo sobre sumários e andamento das lições.

— criação de Seminários de estudos acessíveis a os alunos voluntários.

Foi criada uma Comissão de Alunos Voluntários, a qual desenvolverá a actividade necessária à realização das mais imediatas aspirações destes alunos.

somos todos
deuses sem altar
somos todos
astros sem céu
somos todos
a ciência, a arte e a vida
adoremo-nos, Irmãos!

Da integração das associações de Estudantes numa Universidade Autónoma

Entendeu a C. P. A. (1) propor um tema cuja oportunidade de discussão neste momento é flagrante já porque decorre na semana da recepção aos novos alunos, já porque atravessamos um momento especial da nossa vida associativa.

Com efeito, a integração das Associações de Estudantes numa Universidade Autónoma é um problema concreto e actual, de grande importância prática, a resolução do qual os estudantes, através dos seus organismos, deverão dedicar todo o esforço possível porque estão em jogo os seus interesses vitais como estudantes, como elementos constitutivos da Universidade e como elementos sociais dos mais responsáveis.

Considero o problema, que a presente tese envolve, uma totalidade cujos elementos se relacionam dinamicamente entre si, os quais só podem ser concretamente definidos usando na análise dessas relações uma atitude rigorosamente objectiva.

Em que termos deverá então formular-se o objecto que nos ocupa, de maneira a não fugirmos à atitude preconizada?

Penso haver apenas um caminho:

1) Considerar a instituição universitária de maneira concreta, isto é, enquadrando-a no conjunto dos sectores de actividade humana, definindo o lugar que lhe compete nesse conjunto, a sua função e a sua responsabilidade social.

2) Decompor a Universidade nos seus elementos constitutivos, analisar as suas relações, determinar que parcela dessa responsabilidade sobre eles recai.

3) Com base nessa determinação procurar os meios susceptíveis de o estudante se tornar apto a assumi-la pela sua integração consciente na Universidade.

1) O progresso científico, técnico e humano que tem caracterizado o momento histórico em que vivemos, traduzindo-se por um enriquecimento dos meios necessários à satisfação das necessidades reais do Homem, imprime à Universidade moderna um cunho dominante: trata-se de uma instituição cuja actividade se orienta no sentido da prática

humana, portanto de feição eminentemente social.

Ela pesquisa a Natureza em toda a sua extensão, descobre os fenómenos e as leis que os regem, relaciona-os, dá-lhes um sentido de ordem, emite finalmente conceitos de mundo e de vida. Exerce, pois, uma função de criação de cultura.

Esta cultura — termo que para mim significa conhecimento da realidade total e nesse sentido o emprego —, digamos este conhecimento ou posse do real, vai permitir ao Homem actuar conscientemente sobre a realidade que o envolve, modelando-a, libertando-se do seu domínio e passando a dominá-la, transformando-a e transformando-se ele próprio. Quer dizer, a Universidade, além de criar cultura, cria os meios de lhe dar uma feição útil e de a colocar ao serviço dos homens. Portanto, exerce também funções de transmissão e aplicação prática de cultura.

Vejo, pois, ser função da Universidade servir a Sociedade, resolver os problemas colectivos e individuais que se levantam no decurso da história do homem encarado na sua totalidade — realidade física, biológica, mental e social. Consequentemente exerce ainda funções de formação humana.

A importância de que se reveste o papel que desempenha, conferida pelo alto grau de especialização da sua actividade, coloca a instituição universitária numa posição destacada no conjunto dos sectores de actividade social. É um organismo de elite.

Entendo dever esclarecer o que, para mim, significa elite: conjunto de indivíduos seleccionados num grupo ou comunidade humana, que se revelaram especialmente dotados para a execução de determinada tarefa, usufruindo todos os elementos dessa comunidade das mesmas oportunidades sociais. A escolha baseia-se portanto, numa igualdade de facto.

Só por aberração mental se define elite em relação a massa, seres pensantes, estratosféricos por um lado, massa obscura, calosa, pacticista por outro.

De acordo com o que para mim significa e acima ficou expresso, elite define-se em relação a massa, é dela que se gera por selecção, é dela que se nutre, é por ela que existe porque só nela encontra sentido a sua actividade.

A Universidade, organismo de elite, existe pois, indissolúvelmente ligada aos outros sectores de actividade humana. No conjunto ocupa uma posição de vanguarda, sendo, como é, uma fonte de progresso. Detectando os fenómenos, descobrindo as leis do seu movimento, fica habilitada a prever os acontecimentos, modifi-

car-lhes o curso desviando-o num sentido útil ao Homem. Nela se concentram hoje as esperanças de todos, justificadas pela felicidade que já realizou. Acredita-se poder realizar ainda muito mais. Seria criminoso ludibriar essa crença.

Daqui se infere a enorme responsabilidade que recai sobre a Universidade no mundo actual.

Mas, consciente da capacidade da ciência moderna que ela criou, usando um critério justo na escolha dos seus elementos, fornecendo-lhe os meios de acção necessários, garantindo-lhe uma existência sem domínio, libertando-a da submissão a poderes estranhos, ela poderá, definitivamente, florescer em toda a sua plenitude. Só então será responsável, porque só então será livre. A autonomia é a base indispensável à construção duma verdadeira Universidade.

2) Na Universidade integram-se as escolas de ensino superior cuja actividade se orienta no sentido dos vários ramos da cultura. Têm, portanto, essas escolas um âmbito de acção específico que, de certo modo, as singulariza. Não são, porém, independentes no sentido absoluto do termo. Estabelecem-se entre si determinadas relações que derivam, umas, das suas funções — criação de cultura, sua transmissão e aplicação prática — outras, da sua integração, como órgãos complementares, na Universidade — organismo planificador da sua actividade, de síntese cultural e de formação humana.

São os corpos docente e discente que dão vida a estas estruturas. É sobre eles que, no mundo moderno, recai toda a responsabilidade acima apontada, a qual, como vimos, mergulha, pelas suas raízes mais fundas, na evolução da Sociedade Humana. O presente e o futuro do Homem estão, em grande parte, nas suas mãos. Desejaria que o estudante de hoje se tornasse consciente dessa responsabilidade, que lutasse vivamente pela obtenção dos meios necessários à sua formação de homem culto, isto é, plenamente integrado na realidade total, útil, com uma maneira científica de pensar, íntegro, generoso e honesto.

3) Determinada a responsabilidade do estudante, como poderá ele tornar-se apto a assumi-la? Participando activamente na gerência da sua Universidade autónoma, integrando-se nela conscientemente.

Compete às Associações de Estudantes executar essa integração.

O alunos duma Faculdade têm problemas específicos relacionados com a formação técnica que nela vão procurar: problemas de ensino, problemas que surgem na prática profissional, problemas que derivam do avanço da investigação científica no ramo de cultura respectivo.

Conscientes da sua posição como elementos activos e responsáveis dentro da Universidade, com base numa concepção total do mundo, da vida, das relações humanas que a Universidade lhes inspira, devem considerá-los aptos e conceder-lhes o direito de, colectivamente e organizados em Associações, participarem na discussão desses problemas. As conclusões seriam levadas ao Conselho Escolar pelos seus legítimos representantes, membros natos desse Conselho.

Jorge Gaspar

(continua na pág. 15)

1—*Forma de recrutamento dos estudantes universitários* — «(...) verifica-se que 78,2% dos estudantes são filhos de funcionários superiores, de pessoas exercendo as profissões liberais e de proprietários rurais. Apenas 5,8% provém de famílias de pequenos empregados» (3).

Tendo, pois, grande número dos estudantes certas facilidades económicas, é bem natural que encarem o estudo e a Universidade como uma ocupação sem grande interesse e projecção na sua vida, dedicando-lhe por vezes, a mínima atenção possível.

2—*O objectivo com que se aprende.*

Ligado ao primeiro ponto apresentado surge um novo factor de desinteresse pelo convívio: A utilidade da Universidade, da formação universitária é predominantemente individual. Tal como se diz em relação a certas sociedades no Direito: A Universidade é de mera utilidade particular.

Directamente, nada há no ensino, a maior parte das vezes, para além da forja de uma arma individual concebida para uma vitória individual. Perde-se muitas vezes de vista, a utilidade de uma Universidade com projecção nacional, com uma obra conjunta a empreender, baseada na inter-comunhão de esforços.

Para muitos, o combate do saber, obra de todos e para todos, desloca-se para uma divisa de cada um por si e nenhum por todos.

3—*O carácter catedrático do ensino.*

Já o professor Marcello Caetano disse uma vez: «Em muitas escolas universitárias o estudante passa pela bancada das aulas, o menor tempo possível para ouvir preleções que tem a obrigação de escutar, mas que não dizem nada às suas necessidades e curiosidades de espírito. O professor é um corpo estranho que se introduz à força na sua vida mental e de que o aluno se defende pelo mesmo processo dos organismos vivos: Trata de formar um quisto isolando-o cuidadosamente de tudo o que constitui a sua intensa actividade de adolescente» (4).

Na verdade, sendo as aulas o ponto em que alunos e professores de cada curso mais tempo passam juntos, a tomar relevância, quase exclusiva, o ensino de preleção e (admitindo mesmo que não seja árido) o aluno não só facilmente se satura da Universidade, inibindo-se para mais actividades académicas, como necessariamente convive menos com colegas e professores, na clara medida em que nessa maior parte do tempo que passam juntos, não podem falar, discutir e debater, essas mesmas «necessidades e curiosidades do espírito» e o próprio ensino. O convívio nas aulas resume-se aos olhos e aos bilhetes que circulam entre amigos.

4—*Falta de cultivo do poder de iniciativa.*

Desde cedo a criança, que mais tarde será universitário, foi habituada à maior passividade, quer na escola — pelo tipo de ensino estigmatizado pelo professor Marcello Caetano — quer em casa, quer na vida em geral. A imaginação não encontra terreno de desenvolvimento, o dinamismo perde-se, a timidez, a falta de confiança, o desenraizamento e a passividade, instalam-se. Muitos universitários lamentarão a falta de convívio, sonharão talvez com outro ambiente, mas só darão um

passo de seu depois de muito esclarecidos e entusiasmados.

5—*O politicismo estreito*

Os estudantes deixam-se muitas vezes prender por um politicismo estreito, por uma cega mentalidade de grupo: O que é do grupo tem sempre mais razão. Com o que não é, todos os cuidados são poucos. Cai-se no irracionalismo, no medo de pensar. Os estudantes deixam-se dividir por frases chapões que pouco ou nada dizem e muitas vezes só ocultam o facto, dos nossos principais problemas e aspirações académicas, despojadas dessas mesmas frases feitas, serem afinal bastantes comuns e de forma alguma contraditórios.

6—*Redução da capacidade de simpatia humana.*

De tudo isto resulta uma diminuição da nossa simpatia, da nossa compreensão e interesse pelos outros. Os outros moram no Mundo de fóra. Quase nada lhes temos a dizer. Só do que se refere a nós próprios, ou para nosso próprio realce, somos capazes de falar com entusiasmo.

7—*Falta de interesse do Professorado.*

A generalidade dos professores, para além dos lamentos habituais a todos nós, não tem feito um esforço sério, activo, continuado, pelo aumento das suas relações com os alunos e destes entre si. Geralmente, o professor coloca-se num plano frio e distante. Sabe que se não fossem as faltas poucos alunos frequentariam as aulas. Mas não se sente tocado por isso. Não procura os alunos. Espera-os. E se no meio de todo este ambiente nocivo ao convívio, algum esboço tentativa tímida e incompleta de inovação, o seu insucesso quase inevitável só lhe serve para concluir que nada há a fazer com tais alunos. E por aqui se fica.

8—*Deficiência de orientação das A. E.*

Ainda que as A. E. muito tenham feito para combater este estado de coisas, é preciso salientar que muito do que se fez, não resultou de uma actividade consciente das A. E. O convívio, o aumento de convívio, resultou da sua actividade, é certo. Mas na maior parte dos casos ele não tem sido um fim organizado, programado, estudado, um objectivo específico e fundamental na sua acção.

IV

SUGESTÕES CONCRETAS PARA O ALARGAMENTO DO CONVÍVIO

Se são válidas as causas atrás apontadas como paralisadoras do convívio de interesse universitário, as soluções que se apresentam têm de levá-las em conta, para procurar anulá-las.

Tudo, pois, quanto seja agir pelo alargamento do recrutamento de estudantes universitários a outras camadas — pré-salário, aumento de bolsas, outras medidas gerais referentes ao nível de vida dessas camadas — pela maior utilidade e aplicação ao desenvolvimento nacional das universidades, pela ultrapassagem do carácter catedrático do

ensino, pelo aumento do poder de iniciativa individual e geral, pelo florescimento dos laços de simpatia humana entre os que trabalham na Universidade ou a ela mais estão ligados, contribuirá, em última análise, para incrementar o convívio.

Aqui, todavia, só apresentarei sugestões concretas referentes aos três últimos pontos, dado o carácter específico dos dois primeiros que exigiriam, por si só, estudos completamente diferentes.

E mesmo, preocupar-me-ei mais — porque ainda estamos nessa fase — em referir formas de pôr as pessoas em contacto umas com as outras, com o aumento de tempo e de oportunidades de vida em comum, do que com o conteúdo desses contactos.

Para não cair em muitas repetições desnecessárias, certas sugestões concretas serão apontadas num só tipo de convívio ainda que possam ser válidas para outros.

I—*Convívio entre estudantes universitários*

a) *Do mesmo ano ou curso.*

— O aumento do convívio neste campo, passa, como foi salien-

c) *Na mesma Faculdade*

Para além de sugestões concretas uma coisa há que, de base, compete a cada A. E. e a todos os dirigentes estudantis se quiserem alargar o convívio universitário e as próprias A. E.: Nunca esquecer os estudantes:

Nunca será possível alargar o convívio se a cada passo as A. E. não tiverem a preocupação de chamar os estudantes a pronunciarem-se sobre os seus problemas académicos fundamentais, se a cada passo não houver a preocupação de unir os estudantes em torno desses mesmos problemas dando-lhes o máximo poder de direcção. Se nós próprios contribuirmos para lhes castrar o seu poder de iniciativa, através do nosso desinteresse, quem será capaz de os ajudar?

Novas e velhas sugestões:

— Organização em termos diferentes (aliás como na AEIST se tem procurado fazer) da semana de recepção aos caloiros, que deverá ser preparado em férias e que, prevendo realizações para todos os gostos, desde festas, jantar com velhos e novos alunos e os professores, sessões de cinema e conferências sobre a

A BATALHA DO CONVÍVIO

tado no capítulo anterior, pela substituição do ensino catedrático por um ensino que dê o maior realce à participação activa do estudante, quer por um melhor uso das *aulas práticas* (aulas de dúvidas, aulas para discussão de trabalhos de alunos, aulas com filmes seguidos de debate, etc., etc.) quer pela criação de *seminários de estudo*, para cada cadeira ou matérias conexas, com a colaboração de professores e assistentes (Por ex., em Direito, devem, este ano, começar a funcionar cerca de 8 seminários), seminários e s e s e s cuja possibilidade de funcionamento em férias deve ser encadada, quer através da organização de *salas de estudo*, dentro e fora da Faculdade, para os estudantes que cá residam em quartos sem condições de estudo, etc., etc.

— Deve ser dada toda a atenção às formas rápidas, variadas e informais de convívio.

Por ex.: Há colegas dispostos a receber de quando em quando os companheiros de curso. Porque não organizar, assim, sessões variadas?

b) *Entre rapazes e raparigas*

— O desenvolvimento do convívio entre rapazes e raparigas passa, em boa parte, pelo aumento do poder de iniciativa das raparigas e pela sua valorização universitária.

Creemos que, para isso, será de grande vantagem, em muitas A. E., a criação de uma Secção Feminina que promova:

— a realização de conferências, a exibição de filmes, etc., sempre seguidos de debate, aberto a rapazes e raparigas, sobre este tema.

— a constituição de equipas desportivas femininas por cursos e Faculdades, com a organização de jogos e campeonatos entre si em colaboração com o C. D. U. L.

— a maior participação das raparigas em toda a vida das A. E.

Universidade, valorize ao máximo um debate amplo sobre a vida universitária e académica, procurando a rápida e esclarecida integração do aluno na sua nova vida.

— Se as exposições culturais, os filmes, etc., têm interesse, não há dúvida que oferece um interesse muito mais vivo e actual, a organização de um debate, por ex.: semanal, sobre temas culturais, pedagógicos, desportivos, etc., que, aliás, devem ser abertos aos estudantes de outras Faculdades.

— Reunião no início e o meio do ano, num jantar, dos estudantes interessados na vida académica, para discussão da vida associativa.

— Escolha de um local de fim de semana, renovável ou não, para os estudantes interessados.

— Organizações mais frequentes de excursões, visando também um melhor conhecimento do nosso País.

— No campo desportivo:

— Procurar renovar os horários de forma a permitir a integração do desporto no ensino, atendendo-se desde já à necessidade da construção de amplos ginásios na Cidade Universitária.

— Organização de campeonatos desportivos internos nas diferentes modalidades, (sempre em colaboração com o CDUL e os diversos grupos desportivos) como o futebol (tal como se faz em Direito e no I. S. T.), voleibol, xadrez, etc..

— No que toca a férias:

— Procurar arranjar um local de férias para os estudantes, com facilidades especiais.

— Organizar uma lista daqueles estudantes da provincia que, durante as férias, estejam dispostos a receber um mais colegas por este ou aquele espaço de tempo.

— No que toca aos estudantes voluntários, além do já referido quanto aos cursos, procurar pro-

mover a 1.ª grande festa, jantar ou almoço dos voluntários, em colaboração com os estudantes ordinários.

d) Entre estudantes da mesma Academia

— Organização de encontros entre as secções e sub-secções congêneres das diversas A. E. abertos a estudantes e professores, de realização anual (Secções e sub-secções, culturais, desportivas, pedagógicas, sociais, folhas, lar, emprego, saúde, imprensa universitária, transportes, etc., etc.), e estreitamento do intercâmbio na sua acção.

— Organização de visitas e encontros entre as várias Faculdades, com recepção, visita às A. E., conversa com os professores, almoço, filmes, colóquios, etc., etc..

— Criação de uma festa universitária — por ex. quinzenal — em que se misturem os colóquios com as iniciativas do Orfeão, do Cine-Clube, do CDUL, dos Grupos Cénicos, Jograis de Lisboa, etc., seguida de baile.

— Melhor aproveitamento do Carnaval dentro do mesmo sentido.

— Realização de acampamentos universitários.

dades pois eles são os futuros responsáveis das A. E.

— Organização de visitas e de uma tarde de convívio com estes estudantes.

— Estimulo à participação dos estudantes do Liceu nas diversas actividades das A. E. (desportivas, culturais, imprensa universitária, etc.).

3 — Convívio com os professores

— Defender, tal como já se faz no Brasil, a criação de professores universitários full-time que dedicando-se exclusivamente ao ensino têm um vencimento superior aos outros.

— Debates mais frequentes entre professores e alunos sobre o ensino em geral, exames, aulas práticas, etc., etc..

— Jantares em que participem professores e os elementos mais activos da A. E. como o que a AAFDL pretende realizar ainda este ano, no início do 3.º período.

— Os lanches para conversa com um professor de cada vez como já se fez ex., na Faculdade de Letras.

Todas estas medidas criando melhor compreensão mútua abrem caminho a uma participação dos estudantes nos organis-

sando que em boa parte tudo depende do espírito com que as diversas secções e a própria Direcção trabalhem quer nos parecer que se torna necessário o seguinte:

1 — Criação nas várias A. E. de secções de convívio que tenham como único fim o desenvolvimento do convívio quer através de iniciativas próprias, quer estimulando as outras secções a reconhecer a importância dele na sua actividade.

2 — Essas secções não só devem ser integradas por alunos dos diversos anos e cursos como devem procurar criar comissões de curso próprias e activas única forma de levar fundo o convívio dentro da generalidade dos estudantes.

3 — Ligada a ela funcionaria a Secção Feminina já referida.

4 — Devem também tais secções de convívio procurar descentralizar a sua organização dando a cada um segundo o seu interesse. Os jovens que gostam de festas devem estar à cabeça da sua organização, os que gostam de colóquios formarão a sua respectiva sub-secção, etc., etc..

5 — Todas as secções de convívio das diferentes A. E. e Academias devem procurar um forte estreitamento de relações, para uma troca de experiências e lançamento de iniciativas comuns.

6 — Essas secções não devem esquecer a sua coordenação de actividades com outros organismos de incidência universitária como a JUC.

Quando comecei a escrever o artigo disse que o mais difícil era começá-lo. Sinceramente, com o mesmo cansaço do leitor que teve a paciência de chegar ao fim, mudo de opinião: O mais difícil era acabá-lo. Peço desculpa.

Quadrante 4

No artigo publicado com o título «Cooperação Internacional de Estudantes», além de algumas gralhas facilmente discerníveis, não foi mencionada a origem dos factos relacionados com a colaboração dos estudantes portugueses em organismos internacionais, que foram fornecidos em parte por um artigo publicado sobre o mesmo problema no AEIST — o que foi motivado por este ter saído posteriormente ao Quadrante.

Por lapso, não foi indicada a proveniência da fotografia da página 11, tirada por Eduardo Nery de Oliveira.

O autor do artigo intitulado «Curta Metragem» e Dante Marques, e não Duarte Marques, como, também por lapso, apareceu a público.

(1) Oscar Lopes, in «coordenada», n.º 2, resposta a um inquérito.

(2) Boletim n.º 1, ano I, 1954, da A. A. F. D. L., Editorial de Vasco Vieira de Almeida.

(3) Ibid, citando Jorge Biscaia, «Condição Económico-social do Estudante» — Estudos, n.º 318-319, pág. 316.

(4) Prof. Marcello Caetano — Universidade Nova, problema das relações entre professores e alunos — «Estudos», n.º 212, 1942, pág. 462.

conclusão da página 16

— Dois desafios para encontros desportivos particulares entre anos ou cursos das diferentes Faculdades.

e) Entre estudantes das três academias

— Organização de visitas e encontros entre Faculdades congêneres das diferentes academias.

— Realização de reuniões das três academias de secções congêneres das A. E., abertas a estudantes e professores.

— Organização da 1.ª Exposição Nacional de Actividades das A. E., em que, a par da documentação de tudo o que as A. E. têm feito, se realizem colóquios, iniciativas culturais, desportivas, etc..

f) Com estudantes estrangeiros

— Maior participação nos Jogos Desportivos Universitários Internacionais.

— Participação mais frequente nos seminários internacionais.

— Organização mais regular de excursões ao estrangeiro em que se dê maior relevo ao contacto com os nossos colegas de outros países.

— Mais atenção e interesse na criação de um Campo Nacional de Férias para estudantes estrangeiros e nacionais (ver pontos anteriores).

— Desenvolvimento da troca de correspondência entre estudantes nacionais e estrangeiros.

— Troca de visitas entre Faculdades estrangeiras e Faculdades nacionais e estrangeiros. 1953, 20 estudantes das Honduras visitaram uma Faculdade congénere da Costa Rica). Estas visitas que podiam ser financiadas por entidades particulares e oficiais e pelas próprias Faculdades podiam ser utilizadas como prémio para os melhores estudantes e para os sócios da A. E. mais activos.

2 — Convívio com outros estudantes

a) Estudantes liceais

— Maior atenção aos estudantes que a partir do 6.º ano se destinam a esta ou aquela Facul-

mos dirigentes da Universidade, donde poderão sair novas e mais frutuosas iniciativas.

4 — Convívio com jovens de outras camadas

Troca de convites de participação ou assistência às mútuas realizações com várias colectividades que contenham rapazes e raparigas — sindicatos, colectividades de bairro, cooperativas, etc., etc..

— Troca de publicações.
— Visitas mútuas organizadas nos moldes já referidos.

5 — Convívio com profissões ligadas aos respectivos cursos ou com interesse para elas

Por ex., no nosso caso especial de estudantes de Direito.

— Visita à Ordem dos Advogados e convite para uma sua visita, nos moldes já definidos.

— Visitas a tribunais.

— Criação de associações de antigos alunos, que sirvam uma melhor aproximação e integração na-nossa vida de recém-formados (como, por ex., existe já uma ligada à AEIST e outra em preparação em Direito).

— Maior frequência de aulas e conferências, seguidas de debate, por técnicos habitualmente estranhos à vida da Universidade, a convite do professor e das A. E.

Na aplicação de todas estas sugestões importa que os estudantes tenham sempre presente princípios semelhantes aos que decorrem do art. 3.º dos Estatutos da nossa A. A.: «A A. A. F. D. L. tem caracter estritamente escolar, não assumindo qualquer posição política ou religiosa».

V

A ORGANIZAÇÃO DAS A. E. PARA O CONVÍVIO

Para levar a bom termo estas e muitas outras iniciativas é necessário uma certa organização por parte das A. E.

Sem defender uma solução única para todos os casos, e pen-

JORNAL DO FÔRO

REVISTA TRIMESTRAL DE ESTUDOS JURÍDICOS

Director: Fernando de Abranches Ferrão

CONSELHO DE REDACÇÃO — Fernando de Abranches Ferrão, Luís Francisco Rebello e Vasco Taborda Ferreira

COLABORADORES PERMANENTES — Alberto Montel, António Alcada Baptista, Barbosa de Magalhães, C. A. Ferreira de Almeida, Félix Pereira, J. Limpens, João de Castro Mendes, José H. Saraiva, José Maria Galvão Telles, Kurt H. Nodelman, Mário Rotondi, Pedro Soares Martinez, Tullio Ascarelli e Waldemar Ferreira

SECÇÕES HABITUAIS — Doutrina; Jurisprudência; Prática Judi-idiária; Legislação estrangeira; Jornal; Bibliográfica.

DESCONTOS — Para estudantes de direito:

VOLUMES PUBLICADOS — 50 %.

ASSINATURAS

Pagamento adiantado 50\$00
Cobrança 60\$00

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

R. do Crucifixo, 50, 1.-Esq. Tels. 35015 e 31975 LISBOA

CORRESPONDÊNCIA

Dirigir toda a correspondência para: Apartado 2.427 — LISBOA 2

SACOR

A SUA REFINARIA DE CABO RUIVO
— TEM UMA CAPACIDADE ANUAL —
DE LABORACÃO SUPERIOR A

1.200.000 TONELADAS

E PRODUZ:

Propano

Butano

Gasolina

Supercarburante

Jet-fuel

White-spirit

Petróleo

Petróleo para motores

Gasóleo

Diesel-oil

Fuel-oil

Asfalto

Enxofre

Anidrido sulfuroso



UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO
INDUSTRIAL AO SERVIÇO DA
ECONOMIA DO PAÍS

revolta, escreve: «elle crie, elle exige, elle veut que le scandale (do absurdo) cesse» (1). E é precisamente essa essencial exigência que conduz a procura ulterior. É por que ela quer que o escândalo cesse que faz cessar o escândalo. É fácil; compreende-se o sofisma.

O mal do nazismo alemão, não é, como quer Camus, ser uma ideologia construída sobre a consciência absurda e amorfa do povo alemão; o mal do nazismo não é partir do absurdo e legitimar uma posição qualquer mais favorável e ditada pelos interesses de certo sector nacional; o mal do nazismo é, sim, não crer no absurdo, porque ele é a máxima exaltação dos valores fixos, é a hipertrofia da certeza e da verdade, é a extrema confiança, é a arrogância, o transcendentalismo, a deificação da ideologia. Seria impossível um Meursault nazi, porque o absurdo é, entre outras coisas, uma consciência do irrisório, da validade do mundo. O que faltou a Hitler e a Staline, o que falta a todos os ditadores de todas as épocas e de todos os países, é, muito simplesmente, a modéstia.

Da confirmação desta exigência que vimos apontando e que constitui um factor de viciação do pensamento de Camus, é fácil passar à negação da verdadeira natureza da visão absurda. O processo é considerá-la apenas como método, como fase ultrapassável. Mas procede-se assim a uma pura petição de princípio. Não basta dizê-lo, é preciso justificá-lo e isso é mais difícil.

A atitude absurda — Camus parece esquecer-se disso — pela sua própria natureza, porque é contradição pura, não pode servir para fundamentar seja o que for (nem positivo nem negativo), a não ser a própria absurdidade de todas as coisas e é isso unicamente o que ela nos diz. Não servirá de caminho para nada, não indica direcção, não leva a verdades; não é um método como o cartesiano (todos nós sabemos que o dizer «donec» é já expressar a nossa confiança na razão). A visão absurda engloba tudo, tudo nela se funde e considera, é uma constatação de facto, labiríntica.

Dela apenas se sai por um acto de fé: podemos crer em Deus, no Homem, na Sociedade apenas, na Humanidade em geral que é mais cómodo, na Fraternidade Viril até, se quisermos. Tudo isso é possível porque não há campos mais próximos que os da fé e os do absurdo e a passagem pode ser insensível.

O homem necessita de «sucédaneos do divino», é certo, mas não subordinemos o que é ou o que deve ser ao que nos convém e nos é útil. O pragmatismo nunca fundamentou a verdade.

A mais pertinente crítica da obra de Camus, fé-la ele próprio: «Chercher ce qui est vrai n'est pas chercher ce qui est souhaitable. Si pour écharper à la question angoissée: «Que serait donc la vie?», il faut comme l'âne se nourrir des roses de l'illusion, plutôt que de se résigner au mensonge, l'esprit absurde préfère adopter sans trembler

da integração das associações

(cont. da pág. 11)

Assim se faria, de um modo dinâmico, a integração dos estudantes na sua Faculdade.

Para além dos problemas específicos mencionados, existem outros mais gerais, à escala da Universidade. As Associações Escolares, organizando-se numa Federação de Estudantes, fariam através dela a sua integração nos órgãos universitários: a Assembleia Geral da Universidade, seu «órgão supremo e sede da sua autonomia», e o Senado Universitário, órgão executivo.

Nos diferentes níveis de integração, Conselhos Escolares, Assembleia Geral e Senado, os representantes dos estudantes gozariam dos mesmos direitos e deveres dos outros membros, ser-lhes-iam distribuídas tarefas de interesse geral executadas com a participação de todos os estudantes, por forma a desenvolver neles, o mais possível, o sentido da responsabilidade. Diz La Fontaine: «É erro acreditar-se que é possível educar e formar verdadeiramente sem a atribuição de qualquer acção responsável.

Num nível superior, as Federações das várias Universidades organizar-se-iam numa União Nacional dos Estudantes, esta já à escala da Sociedade, nela buscando a sua inspiração. Chegamos assim à integração social do estudante.

Faço minhas as seguintes palavras de um dirigente da U. N. E. F. (2): «O essencial é conseguir a unidade do mundo estudante, fundada, não sobre um sentimento de classe, mas sobre interesses comuns actuais e a preocupação de colocar o trabalho universitário ao serviço do país.

Não esqueçamos que a nossa função está ligada a um ideal moderno, o ideal do progresso contínuo e colectivo da humanidade.

(1) Comissão Pró-Associação
(2) Union Nationale des Etudiants Français.

la réponse de Kierkegaard: «le desespoir». Tout bien considéré, une âme déterminée s'en arrangerait toujours» (3).

Para ele, como dirá de Kafka, é possível que «recuse ao seu deus a grandeza moral, a evidência, a bondade, a coerência, mas é para melhor se lhe lançar nos braços».

É possível também que, quando a idade se aproxima, esse desejo de conforto e paz interior seja maior. É um movimento característico do pensamento dos quarenta anos, a idade em que se faz a grande obra. É a grande obra à precisamente aquela que os outros esperam de nós; às vezes, os fados conjugam-se e há até um prémio de reconhecimento, o galardão da verdade pública.

Entre o «crer ou não crer» do nosso tempo há os que escolhem a afirmativa (a maior parte nem sequer escolhe). Camus trazia em si a profecia do post-guerra, a solução que nós esperamos. Quis ser útil, o que em certas circunstâncias é um defeito.

(1) «O Avesso e o Direito», Prefácio.

(2) O Avesso e o Direito.

(3) «Le mythe de Sisyphée».

(4) «Explication de «L'étranger», in Situations I.

(5) «Albert Camus» Ed. Univ.

(6) «L'homme Révolté».

(7) Ibid.

(8) «Le Mythe...».

pelo alargamento das associações de estudantes

(cont. da pág. 10)

Assim, há que fomentar nos jovens liceais o interesse pelas iniciativas colectivas (e colectivas, no mais amplo sentido da palavra, isto é, no que toca à organização e no que toca à participação).

Deste modo, e antes de pensar nos campeonatos inter-liceus, nas várias modalidades desportivas, os estudantes devem, eles próprios, organizar campeonatos entre eles, dentro do Liceu. Não à escala de turmas, porque então o problema não se encontraria resolvido, mas somente atenuado, mas antes à escala de grupos (de 11, para o futebol, de 6, para o volley-ball, etc.). Não interessam primores de técnica: o que importa é a participação activa da grande massa numa organização verdadeiramente estudantil.

Outra actividade colectiva é a organização de bibliotecas nas turmas. Evidentemente, aqui a participação dos professores será mais activa nos primeiros anos do curso, menos activa nos últimos. Mas, por exemplo, numa turma de 6.º ano, é plenamente possível trabalhar-se nesta base: uns estudantes encarregam-se da angariação dos livros junto de editores e livreiros; outros, da sua catalogação; e outros incumbirá, por turnos, a tarefa de proceder ao empréstimo das obras, anotando as requisições, etc.

Exposições de pintura: outro aspecto em que os estudantes podem desenvolver a sua actividade, já organizando-as, já apresentando as suas obras.

Outra iniciativa importantíssima é a feitura de jornais: que uns se encarreguem da Redacção, outros da edição, outros da administração; que a grande massa colabore, enviando artigos, contos, poemas (em cada jovem há um poeta...), desenhos, etc.

Enfim, seria enfadonho e impossível enumerar aqui os esforços colectivos que se deparam aos jovens estudantes. Estes exemplos bastam e muitos outros surgirão se se quiser trabalhar.

El nem me refiro, porque o assunto, só por si, daria para uma série de artigos, à necessidade da criação de Associações de Estudantes nos Liceus. Mas fácil é prever as possibilidades que tal medida ofereceria de desenvolvimento da personalidade juvenil e, mais concretamente, de formação de uma sã consciência associativa.

Eis pois o que, a meu ver, ofusca o brilho que poderiam ter as A. A. universitárias. Tentei apontar as causas. De algumas sugestões em ordem a debelar o mal. Creio que, se não se seguir o caminho que apontei, será difícil, muito difícil mesmo, sair-mos do associativismo catedrático de que, numa expressão feliz, fala o colega Ramos de Almeida.

CÍRCULO DO HUMANISMO CRISTÃO

- MORAL SEXUAL E DIFICULDADES CONTEMPORÂNEAS
acaba de sair o 2.º volume desta obra fundamental

cada vol. 35\$00

O TEMPO E O MODO

- O PERSONALISMO, de Emmanuel Mounier

15\$00

- AO ENCONTRO DA PALAVRA, primeiro volume dos ensaios de crítica literária do Pe. Manuel Antunes, S. J., da Faculdade de Letras de Lisboa

25\$00

CÍRCULO DE POESIA

- ÉCLOGA IMPOSSÍVEL, de João Mala

25\$00

- PRIMEIRO LIVRO DE LAPINOVA, de Pedro Tamen

25\$00

E AINDA

- O DESIQUILIBRISTA, de M. S. Lourenço

30\$00

LIVRARIA MORAIS EDITORA

na Baixa:

na Cidade Universitária:

R. de Assunção, 49-51

Rua do Malpique, 4 - A

L I S B O A

Aos colegas da Secção Pedagógica da A. A. F. D. L., ao seu idealismo, romantismo e utopismo, à sua crença no valor dos homens, com todo o reconhecimento, respeito e ternura,

a batalha do convívio

O mais difícil num artigo é, muitas vezes, começá-lo, é encontrar a ponta do cordel que puxa o resto da meada. Num problema como o do convívio, onde tantas questões e tão vastas se confundem, onde se misturam as causas e os efeitos, que determinam o seu atraso ou desenvolvimento, e as diferentes formas, espécies e graus de convívio agem uma sobre as outras, a dificuldade redobra. O cordel parece que tem bastante mais que duas pontas...

O que afinal acaba por esclarecer tudo é o objectivo que se pretende alcançar com o artigo. Que pretendo eu dele? Essencialmente isto: mostrar a importância do convívio, os diferentes aspectos que ele pode e deve assumir na nossa vida de universitários — e particularmente sob a forma de contacto pessoal —, as causas que se têm oposto ao seu desenvolvimento e, muito principalmente, destacar e seriar novas e velhas ideias capazes de promoverem o alargamento e o fortalecimento do convívio entre todos nós e com aquelas camadas, de jovens, ou não, de que não nos podemos alhear.

I

VALOR DO CONVÍVIO

Num século como o nosso, seria um pouco absurdo insistir ainda na importância do desenvolvimento do convívio, se as coisas mais simples não fossem por vezes esquecidas ou postas em dúvida.

Na verdade, dado o volume do

saber e da cultura que os homens têm vindo acumulando durante séculos e séculos — sob as suas mais diferentes formas — torna-se hoje impossível a qualquer homem, por si só, uma parcela significativa desse saber, sem que conviva, colabore e debata com outros homens. A diversidade e complexidade de tarefas e problemas que se impõem ao homem moderno e, consequentemente, as especializações que delas emergem, exigem o convívio, a união e a entre-ajuda de todos os homens de boa-vontade como condição necessária à formação de uma cultura humana integral e à resolução das suas aspirações mais sentidas. Quer queiramos, quer não — a

tanto obriga o progresso da humanidade — só essa entre-ajuda e esse convívio são susceptíveis de levar essas tarefas a bom cabo e de assegurar o nosso avanço e a nossa felicidade. E aí daquelas crenças, concepções, sociedades — menores ou maiores — e dos próprios indivíduos que o engeitem, pois que estarão ao mesmo tempo engeitando a sua sobrevivência como crenças, concepções, sociedades e pessoas válidas.

Mais: Só esse convívio, essa união e essa entre-ajuda, dos diversos homens, das diversas for-

um artigo de

Pedro RAMOS de ALMEIDA

II CONVÍVIO DE INTERESSE UNIVERSITÁRIO

Apontada, muito pela rama, a notória importância do convívio, importa agora ver quais são para nós, estudantes universitários, os tipos de convívio que mais nos interessará desenvolver e que, aqui, por falta de espaço e dada a sua maior importância, serão predominantemente considerados sob o forma de convívio ou contacto pessoal.

Quer-nos parecer que são os seguintes:

1 — Convívio entre estudantes universitários

- Do mesmo ano ou curso;
- Entre rapazes e raparigas;
- Na mesma Faculdade;
- Entre estudantes das diferentes Faculdades;
- Entre estudantes das três Academias;
- Com estudantes de outros países.

2 — Convívio com outros estudantes

- Com os estudantes liceais.

3 — Convívio com os professores

- Com assistentes a professores da mesma Faculdade;
- Com assistentes e professores de outras Faculdades nacionais e, nomeadamente, no nosso caso de estudantes de Direito, com os professores da Faculdade de Direito de Coimbra;
- Com assistentes e professores estrangeiros.

4 — Convívio com jovens de outras camadas

- Empregados, operários, camponeses, etc.

5 — Convívio com profissões ligadas aos respectivos cursos ou com interesse para eles

- No nosso caso:
- Com advogados;
 - Com magistrados.

III

SITUAÇÃO ACTUAL DO CONVÍVIO

É inegável o largo progresso que o convívio tem feito entre nós, de há uns anos para cá.

Graças principalmente à acção das Associações de Estudantes e de certas organizações de incidência universitária como a J. U. C., desenvolveu-se dentro de cada Faculdade e em menor escala no âmbito de cada Academia, um contacto e uma confraternização humanas de resulta-

dos bem positivos.

O trabalho das diferentes secções e comissões, das A. E., os Orfeões e Grupos Cénicos Universitários, o CCUL, o CDUL, o CUJ, as festas, as sessões culturais, o Dia do Estudante, as pequenas e grandes reuniões, as actividades desportivas, a própria necessidade de conhecer mais gente, de união na acção que o trabalho associativo implica, furtaram ao isolamento muitos estudantes evitando o definha-

mento da sua própria personalidade e assegurando uma maior realização dos fins da Universidade.

Rapazes e raparigas estabeleceram entre si laços mais sãos de camaradagem, professores e alunos aproximaram-se, em certos casos, dum espírito de maior colaboração.

E todavia, muito ficou e ainda está por fazer.

Quem não se apercebe que há centenas e centenas de estudantes que frequentam a Universidade como quem val de combóio, sem um olhar para os companheiros de viagem, sonhando só com o dia da chegada em que se verão livres dela como sonharam ver-se livres da tropa?

Ou, mais grave ainda, quantos professores não se consideram como tal pelo simples facto de darem aulas e fazerem exames, ignorando sempre e soberanamente os seus alunos e os seus anseios?

Percorra cada um a lista dos tipos de convívio desejáveis, atrás enumerada e veja que relevância tem ou teve ela na sua vida. A grande maioria, se for franca, concluirá que teve muito pouco ou nenhuma relevância.

É assim a Universidade que se é ambiciona, que todos, mas todos, nós queremos?

Não é? Então porque é que nos comprazemos neste estado de coisas e não buscamos descobrir e inutilizar as razões que o determinam?

Será o desinteresse dos alunos? «O desinteresse por parte dos alunos é real. O nosso erro tem sido — e essa é uma falsa tendência da análise, generalizada em muitos outros campos — considerar o fenómeno em si, como ponto de partida e não como estado de facto demonstrativo da existência dum desajustamento cujas causas é que se torna necessário estudar e eliminar» (2).

Donde vem, pois, esse desinteresse?

Sem querer esgotar o estudo destas causas, que transcendem em muito o âmbito deste artigo, nem estudar as que contrariam ou desvirtuam certas espécies particulares de convívio, como o de rapazes e raparigas, vou enumerar algumas que me parecem bastante relevantes:

(cont. na pág. 12)

Na esquina da rua
há sempre um mendigo
que estende a mão nua.

Na curva da estrada
há sempre um mendigo
de mão descarnada.

Há sempre mendigos
nas sujas valetas
nos cafés mais chiques
nas ruas desertas,
em ricos palácios
imundos casebres,
há sempre mendigos
em súplicas breves.

Mendigam dinheiro,
vestidos, comida,
mendigam um corpo
quente de mulher,
mendigam carinho,
um amor, a vida,
e há sempre mendigos
que estendem a mão
que fica estendida
no espaço e no tempo
sem ser atendida.

E tu indiferente
não vês esta angústia
da súplica muda
dum olhar ausente...

JOÃO MARQUES